



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

## Dados do Processo

Processo: 201770001714

Distribuição: 13/09/2017

Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035

## Competência: Itabaianinha

## Classe: Procedimento Comum

## Fase: EMBARGOS DE DECLARACAO

## Situação: Julgado

Processo Principal: \*\*\*\*\*

Processo Origem: \*\*\*\*\*

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro

## Dados das Partes

Requerente: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

Endereço: Povoado Sabiazinho

Complemento:

Bairro: Centro

Cidade: Itabaininha - Estado: SE - CEP: 49290000

Advogado(a): JULIANA TRAUTWEIN CHEDE 52880

Advogado(a): BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA 1467

Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S A

Endereço: RUA SENADOR DANTAS

Complemento: 5º ANDAR

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO

Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 25

Avegado(a). RELEY CHRISTIAN SIEVA MENENDEZ 2002



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA  
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

13/09/2017

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201770001714, referente ao protocolo nº 20170913110901563, do dia 13/09/2017, às 11:09 horas, denominado Procedimento Comum, de Seguro.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim

**EXCELENTE SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_<sup>a</sup>  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**



**JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS**, brasileiro, solteiro, vigia, sem endereço eletrônico, inscrito sob o RG nº. 3.516.429-8 SSP/SE e no CPF sob o nº. 059.856.875-11, residente e domiciliado na cidade de Itabaianinha/SE, à Rua Povoado Lagoa Dantas II Rua A, nº 161, CEP: 49260-000 (CPC/2015, art. 319); nesse particular representado por seu advogado abaixo assinado, instrumento de mandato anexo (CPC/2015, art. 105), endereço impresso no rodapé, vêm à presença de Vossa Excelência propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO** em face de  
**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO**  
**DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com filial na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar – CEP 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ; (*REsp (repetitivo) 1357813/RJ e art. 53, V do CPC/2015*).

## FATOS

Em 21/09/2014 a parte autora sofreu grave acidente de trânsito e atualmente padece de sequelas com características de invalidez permanente parcial; a parte autora sofreu fratura periocular no olho direito, estando, portanto, amparada em direito pela tabela ao final da ação do seguro DPVAT.

Em 2014 a parte autora teve seu prêmio do seguro DPVAT pago, **porém de forma incorreta**. O prêmio do Seguro DPVAT não foi pago sem estar de acordo com a **tabela arrolada ao final da ação**. Além disto, se o seguro não foi pago no prazo de 30 dias, deverá também contar correção pela inércia.

Nestes termos a pretensão proposta é para receber o valor correto, de acordo com sua sequela, além da correção devida do seguro.

## DO DIREITO. SEGURO DPVAT

Os diplomas legais que regulam o Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) é a Lei 6.194/74. No dia **29/12/2006** foi editada Medida Provisória 340, que dentre outros assuntos, especificou novos valores para indenizações do seguro DPVAT e estagnou o valor do seguro no teto máximo R\$ 13.500,00.

**Por fim, a Lei nº 11.945/09 determinou o critério para apurar a graduação da sequela**, tabela esta que não era respeitada pela Líder. Em suma, requer a correção do valor recebido (vide pedidos alternativos ao final).

## RITO E AUDIÊNCIA. PROCEDIMENTO

Nos termos do art. 319, VII do CPC/2015, informa que **não tem interesse na audiência de conciliação**. A prática, inclusive, tem demonstrado que a Seguradora Líder raramente, mas raramente mesmo, faz proposta em audiência de conciliação. Ademais, para o julgamento, **necessita o processo de prova pericial médica** e qualquer audiência será inócuia.

Tendo em vista o princípio da **cooperação** (CPC/2015, art. 6º) e o **da boa-fé** (CPC/2015, art. 5º), informa que **não tem interesse na audiência** e requer que desde logo o réu assim se manifeste também, sob pena de incorrer nas penalidades de ato **atentatório à dignidade da justiça** (CPC/2015, art. 334, §8º).

Em respeito a toda sistemática do CPC/2015, requer no presente caso seja aplicada certa flexibilidade procedural, para quem em atenção ao disposto no **art. 139, II , III e VI<sup>1</sup>**, seja o réu intimado para **em 10 dias informar** se tem

---

<sup>1</sup>Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:  
II - velar pela duração razoável do processo;  
III - prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias;

interesse na audiência de conciliação (**10 dias que devem ser contados a partir da citação<sup>2</sup>**), alertando que se nela não fizer proposta coerente com a pretensão, poderá suportar as penalidades de **ato atentatório** (CPC/2015, art. 334, §8º).

O pedido é, portanto, para flexibilizar o disposto no art. 334, §5º e, assim, determinar que a manifestação de **10 dias seja contada a partir da citação e não antes da audiência**.

Este é manifesto desejo da parte autora, estando, inclusive, em consonância com a possibilidade de flexibilidade e negócio jurídico processual, nos termos do art. 190 e 191 do CPC/2015<sup>3</sup>.

Sobre o tema, Gajardoni sustenta que o **formalismo** deve ser rechaçado por converter em fim o que não é mais do que um meio. Para ele, mesmo as proliferações de procedimentos especiais são incapazes de atender os diversos litígios, tendo em vista, inclusive, a sociedade moderna e crescente de demandas judiciais; neste sentido, as alterações legislativas são incompatíveis com a ânsia pela tutela adequada. (2008:85)

O doutrinador ainda assegura que a legitimação da decisão proferida e, por fim, a solução do litígio, não é a simples obediência à forma, mas sim o contraditório e a participação das partes. Tendo em vista o devido processo constitucional, deve-se atender à flexibilização procedural para, no caso concreto que o legislador não fez norma para atingir a efetividade do direito material. (2008:101)

José Eduardo Faria afirma ainda a necessidade de uma **adequada técnica processual** passa por sua **flexibilização**: “suas instituições jurídicas acabaram sendo progressivamente reduzidas, no que se refere ao número de normas e diplomas legais, e tornada mais ágeis e flexíveis, em termos processuais” (2004:141).<sup>4</sup>

Fernando da Fonseca Gajardoni salienta que ao **juiz é permitido a liberdade no julgamento (CPC/1973, 131), com livre convencimento motivo, mas não lhe concede liberdade no minus, ou seja, na escolha no melhor iter para a condução do processo.** (GAJARDONI, 2008:2). Para o doutrinador, o ideal

VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

<sup>2</sup>“Seria melhor que o legislador tivesse previsto, para a manifestação do réu, contagem do prazo a partir de sua citação, e não da audiência (de forma invertida), o que prestigiaría o princípio da boa-fé processual (art. 5º), impedindo que o demandado a utilizasse como mecanismo protelatório.” Daniel Colnago Rodrigues, Sobre a audiência de conciliação ou mediação no Novo CPC: questões ainda não resolvidas, em <http://justificando.com/2016/03/09/sobre-a-audiencia-de-conciliacao-ou-mediacao-no-novo-cpc-questoes-ainda-nao-resolvidas/>.

<sup>3</sup> Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam auto composição, é lícito às partes plenamente capazes **estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar** sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, **antes ou durante o processo**.

Art. 191. De comum acordo, o juiz e as partes podem **fixar calendário para a prática dos atos processuais**, quando for o caso.

<sup>4</sup>FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. Malherios Editores Ltda. 2004.

seria que o legislador fosse capaz de adequar os procedimentos em matéria processual às realidades do serviço judicial, tendo em vista o direito material e as partes envolvidas (GAJARDONI, 2008:5).

Para Bedaque, o formalismo exagerado transforma o juiz em um mero burocrata. Necessário se faz, na visão do doutrinador, reconhecer no julgador a capacidade de, com sensibilidade e bom senso, adequar o mecanismo de acordo com o caso em específico. (2010:45)<sup>5</sup> Há no processo uma necessidade de adequação finalística para satisfação desse novo modo de vida moderno, com necessidade de rapidez. É preciso retomar a instrumentalidade, pois o processo é ferramenta de fazer justiça e não uma mera finalidade. Justifica-se, então, um novo olhar, com novos paradigmas (SILVA, 2006:31)<sup>6</sup>.

## PEDIDO

Diante do exposto requer:

- a) A **citação da requerida** (CPC/2015, art. 242) **pelo correio**, para nos termos do art. 334 do CPC/2015 comparecer em audiência de conciliação e apresentar defesa. Porém, nos termos do art. 334, §4º, I, informa que **o autor não tem interesse na audiência**, conforme já declarado em petição.
  - a.1) Em atenção ao disposto no **art. 139, II , III e VI**<sup>7</sup>, requer seja o réu intimado para **em 10 dias informar** se tem interesse na audiência de conciliação (**10 dias que devem ser contados a partir da citação**<sup>8</sup>), alertando que se nela não fizer proposta coerente com a pretensão, poderá suportar as penalidades de **ato atentatório** (CPC/2015, art. 334, §8º).
  - a.2) Na hipótese de mesmo com os pedidos aqui formulados, haver necessidade de audiência de conciliação, que após ela e no prazo de 15 dias apresente o réu contestação (CPC/2015, art. 335, I). Ou, como pedido principal, que o réu apresente defesa em 15 dias após o cancelamento da audiência (CPC/2015, art. 335, II)

---

<sup>5</sup> BEDAQUE José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. 3<sup>a</sup>ed. São Paulo –SP. Malheiros Editores, 2010.

<sup>6</sup> SILVIA, Ovídio A. Baptista da. Processo e ideologia: o paradigma racionalista. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

<sup>7</sup>Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:  
II - velar pela duração razoável do processo;

III - prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias;

VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

<sup>8</sup> “Seria melhor que o legislador tivesse previsto, para a manifestação do réu, contagem do prazo a partir de sua citação, e não da audiência (de forma invertida), o que prestigiaría o princípio da boa-fé processual (art. 5º), impedindo que o demandado a utilizasse como mecanismo protelatório.” Daniel Colnago Rodrigues, Sobre a audiência de conciliação ou mediação no Novo CPC: questões ainda não resolvidas, em <http://justificando.com/2016/03/09/sobre-a-audiencia-de-conciliacao-ou-mediacao-no-novo-cpc-questoes-ainda-nao-resolvidas/>.

- b) Nos termos do art. 319, VI do CPC/2015, requer provar o alegado por documentos anexos, **prova pericial médica (responder se o autor tem sequelas de acordo com a tabela do seguro DPVAT)**. Requer aplicação da **dinamização do ônus da prova**, CPC/2015, art. 373 e seguintes.
- b.1) Não há prova pelo IML (laudo lesões), pois embora seja uma determinação legal, o IML não realiza a prova em tempo hábil ou simplesmente recusa a realização em alguns casos, pelo qual requer a prova pericial médica (princípio da economia processual); Alternativamente, que determine Vossa Excelência a realização da perícia pelo IML por meio de ofício e desde logo alertando as penalidades na hipótese de não realização.
- c) Ao final seja **declarado** o direito do autor em ter devidamente atualizado e corrigido o valor do seguro devido de R\$ 13.500,00 (na proporção do valor recebido) desde o acidente (REsp 1.483.620/SC) até o pagamento do seguro ou que **o valor seja corrigido desde a negativa da seguradora (30 dias após o protocolo administrativo)**; Nos termos do art. 326 do CPC/2015, subsidiariamente (pedido alternativo), seja a correção determinada desde 29/12/2006, data da entrada em vigor da MP 340/2006, *pelo índice INPC/IBGE*;
- d) Seja julgado procedente o pedido, para **condenar** a ré a pagar ao autor o valor de R\$ 13.500,00, sendo este o teto máximo do seguro, devendo a ré ser condenado ao pagamento **de acordo com a sequela do autor** e tendo como parâmetro a tabela abaixo, devidamente atualizada pelo **índice mais vantajoso para a parte autora, descontado o valor já pago no processo administrativo**; Pedido principal é condenar a ré ao pagamento de apenas a correção nos termos do Precedente Obrigatório REsp 1.483.620/SC; Nos termos do art. 326 do CPC/2015, subsidiariamente (pedido alternativo), além de correção, que seja a ré condenada ao pagamento além da correção monetária, do residual da sequela não paga também.
- e) Requer também seja o valor da condenação atualizado *INPC/IBGE*, com juros de mora a contar do pagamento parcial ou, alternativamente, a contar da citação; **Seja a ré condenada ao pagamento dos juros e correção pelo prazo excedente de 30 dias do seguro, se este não foi pago no prazo de 30 dias a contar da entrada no processo (Lei 6194/74, art. 3º, §1º).**
- f) As **intimações** sejam encaminhadas para **Juliana Trautwein Chede, OAB/SE 1026-A**, advogada devidamente constituída, endereço impresso do rodapé e recebe intimações pelo D.J. Para efeitos do disposto no artigo 9º, II, §2º da Lei 8.906/94, o advogado responsável pelo andamento processual é **Juliana Trautwein Chede**, com OAB devidamente registrada neste Estado e podendo possuir mais de 5 ações.
- g) Seja a ré condenada ao pagamento de honorários no patamar de 20% do valor da condenação (CPC/2015, art. 85, §2º), porém nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável (o que pode ser o caso), requer seja a ré condenada ao

pagamento R\$ 1.500,00 de honorários (verba de caráter alimentar, **CPC/2015, art. 85, §14<sup>9</sup>**) (**CPC/2015, art. 85, §8º**).

h) O benefício da **assistência judiciária gratuita** uma vez que a parte autora não tem a mínima condição de custear o processo<sup>10</sup>. CPC/2015 (art. 99, §3º: "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência") e art. 374, IV ("não dependem de prova, em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade").

Atribui-se à causa (CPC/2015, art. 292, I e V), para efeitos fiscais, o valor de R\$10.125,00, sendo este o valor pretendido de indenização (valor pago menos o valor total da tabela).

Termos em que, pede deferimento.

Londrina, quarta-feira, 13 de setembro de 2017

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**  
*(Resp.)*  
 OAB/SP 352.431

**Debora Sampaio Fuga**  
*(Rev.)*  
 OAB/PR 64.084

**Estefani Zanon Garcia**  
*(Elab.)*  
 Acadêmica de Direito

Quesitos para Perícia.

a) Na data da realização da perícia judicial, apresenta o examinado sequelas advindas do acidente de trânsito, quais? Guardam estas sequelas nexo causal com o acidente?

b) Em um conceito **cível** de apuração de invalidez permanente, **sem critérios previdenciários ou penais**, apresenta o examinado invalidez permanente de membro, sentido ou função, **a invalidez permanente é total ou parcial?**

c) De acordo com a Tabela para Cálculo de Percentuais de Indenização em Caso de Invalidez Permanente por Acidente - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não – **Medida Provisória 451/2008**, qual o percentual da **invalidez do examinado?**

---

<sup>9</sup>§ 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

<sup>10</sup>CPC/2015. Sobre o Pedido de Assistência judiciária.

Art. 99, §3º: "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência"

Art. 374, IV " Não dependem de prova, em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade."

Logo, com a alegação de insuficiência, deverá o magistrado deferir o pedido. Cabe a parte contrária, se quiser, impugnar nos próprios autos.

d) Como o DPVAT não apura qualquer aspecto de redução de capacidade laborativa, mas apenas sequelas que enquadram na tabela da Medida provisória 451/2008, qual o grau de invalidez decorrente do acidente, tendo com parâmetro única e exclusivamente a tabela abaixo?

e) Na remota hipótese de não apurar invalidez permanente parcial, afirma o perito categoricamente que não há nem sequela residual de 10% do percentual da tabela (vide tabela e lei abaixo), lembrando que o residual são sequelas de pouca relevância, porém são sequelas tendo em vista que o examinando embora com pouca sequela tenha sequela de pouca relevância.

Anexa tabela da Medida Provisória 451/2008.

#### **ANEXO**

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974).

| <b>Danos Corporais Totais<br/>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>  | <b>Percentual da Perda</b>    |
|--|-------------------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores   |                               |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés  |                               |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior  |                               |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral   | 100                           |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfíncteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica.   |                               |
| Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital. |                               |
| <b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)<br/>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>  | <b>Percentuais das Perdas</b> |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos  | 70                            |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores   |                               |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés  | 50                            |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar   | 25                            |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo  |                               |



|  |                               |
|--|-------------------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão                         | 10                            |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé                                       |                               |
| <b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b><br><b>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b> | <b>Percentuais das Perdas</b> |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho       | 50                            |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral                              | 25                            |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço  | 10                            |

MP – 451/2008 – Art. 20.

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica " ou funcional na forma prevista no inciso anterior, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinqüenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de sequelas residuais.*



Alcione Rodrigues de Souza  
ESCREVENTE  
1º OFÍCIO UMBABA SE

## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE UMBABA  
TABELIÃO E PROTESTO DE TITULOS  
Fernanda M. Souza Serravalle - Tabelião  
Albirlene Rodrigues Mendes - Subst.  
Reconheço a firma de José Anderson  
Sampaio Santos  
por autenticidade  
Umbaúba, 14 de junho de 2017  
ABRILEZA  
TABELIA / SUBSTITUTA  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

**OUTORGADO:** BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade sob o nº 42.202.329-2 e CPF nº 041.498.049-23, OAB/PR 48.250 OAB/SP 352.413, Juliana Trautwein Chede (OAB/PR 52.880 OAB/DF 48.280 OAB/MG 155.726 OAB/GO), Débora Sampaio Fuga (OAB/PR 64.084) e Viviane Nagila Camargo Abdo (OAB/PR 78.302), com escritório na cidade de Londrina/Pr, na Rua Júlio Estrela Moreira, 154. **BRUNO FUGA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.632.824/001-54, com sede na Rua Júlio Estrela Moreira, 154, neste ato representada por seus sócios **Bruno Augusto Sampaio Fuga**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PR 48.250 e **Juliana Trautwein Chede**, brasileira, casada, inscrita na OAB/PR 52.880.

**OUTORGANTE:** José Anderson Eristo Santos, brasileiro, portador do RG 3.516.429-8, residindo e domiciliado em Fazenda União/SC,

**FINALIDADE E PODERES:** Propor toda e qualquer medida judicial e/ou extrajudicial para processo de indenização e dpat. Em atenção ao art. 105 do CPC/2015, confere também poderes expressos para: "confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica". Confere também poderes para interpor todos os recursos legais para qualquer instância ou tribunal, para praticar todos os poderes da cláusula "ad judicial", requerer tudo o que necessário em qualquer repartição Pública, Federal, Municipal ou Estadual ou autarquia. Solicitar informações dos benefícios previdenciários recebidos administrativamente pelo outorgante, bem como requerer extrato CNIS. Finalmente confere os poderes por mais especiais que sejam, para a execução deste mandato, inclusive aqueles que dependam de delegação especial e que aqui não estejam expressamente mencionados..

Umbaúba, 14 de junho de 2017.

**OUTORGANTE:** José Anderson Eristo Santos  
(assinatura com firma reconhecida por autenticidade)







Companhia Sul Sergipana de Eletrofiação  
Rua Capitão Salomão, 314-Centro Estância/SE  
CEP: 49200-000 CNPJ: 13.255.658.0001-96

[www.cssige.com.br](http://www.cssige.com.br)

256-3716

FATURA DE ENERGIA E'

UC / DV

98283 / 0

## ANA RITA EVARISTO SANTOS

POV LGA DANTAS II RA, 161,  
POV LGA DANTAS - Itabaianinha/SE - 49290-000

Medidor: 4683200 - M

| Mês de Referência | Consumo kWh | Vencimento | Valor R\$ |
|-------------------|-------------|------------|-----------|
| 05/2017           | 63          | 09/06/2017 | 31,77     |

### DADOS CADASTRAIS

CNPJ/CPF: 585.157.635-01  
Grupo: B Ligação Monofásica  
Classe: RURAL - AGROPECUÁRIA RURAL  
  
Tensão de Fornecimento (V): 115  
Limites adequados de Tensão (V): 106 a 121  
LIMITES DAS TENSÕES DE FORNECIMENTO CONFORME  
ANEXO I DO MÓDULO 8 DO PRODIST  
CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO: 098283

### DADOS DE FATURAMENTO

Apresentação: 26/05/2017  
Mês/Ano Faturamento: 05/2017  
  
Leitura atual: (26/05/2017) 7161  
Leitura anterior: (25/04/2017) 7098  
Próxima leitura: 23/06/2017  
Consumo Médio (kWh): 63  
Consumo Diário (kWh): 2,03  
Dias de Consumo: 31  
Ocorrência do Mês: Lido  
Média kWh últimos 12 meses: 70

### HISTÓRICO DE CONSUMO - kWh

| Mês/Ano | Consumo | Obs  | Pagamento | Valor R\$ |
|---------|---------|------|-----------|-----------|
| 04/2017 | 71      | Lido | 23/05/17  |           |
| 03/2017 | 71      | Lido | 31/03/17  |           |
| 02/2017 | 71      | Lido | 16/03/17  |           |
| 01/2017 | 81      | Lido | 07/02/17  |           |
| 12/2016 | 71      | Lido | 23/01/17  |           |
| 11/2016 | 68      | Lido | 26/12/16  |           |
| 10/2016 | 69      | Lido | 28/11/16  |           |
| 09/2016 | 70      | Lido | 24/10/16  |           |
| 08/2016 | 67      | Lido | 12/09/16  |           |
| 07/2016 | 69      | Lido | 31/08/16  |           |
| 06/2016 | 61      | Lido | 29/07/16  |           |
| 05/2016 | 69      | Lido | 13/06/16  |           |

### IDENTIFICAÇÃO

| Nota Fiscal / Série                  | 00 127.129/B |
|--------------------------------------|--------------|
| 07 037 8203 005422 41                |              |
| Local de Entrega: 1                  |              |
| COMPOSIÇÃO DA FATURA - R\$           |              |
| (Art 31, resolução 166/2005 - ANEEL) |              |
| Energia                              | 33,60%       |
| Distribuição                         | 28,50%       |
| Transmissão                          | 4,00%        |
| Encargos Setoriais                   | 8,60%        |
| Tributos                             | 25,30%       |
| Outros.                              | 6,89         |
| TOTAL                                | 31,77        |

### ITENS FATURADOS

| Descrição           | Qtde.          | Tarifa | Valor(R\$) |
|---------------------|----------------|--------|------------|
| CONSUMO             | 63 x 0,35613 = | 22,43  |            |
| ADIC BAND. VERMELHA | 63 x 0,01937 = | 1,92   |            |
| PIS                 |                | 0,27   |            |
| COFINS              |                | 1,02   |            |

### REAVISO DE FATURA VENCIDA

### Outras cobranças

JUROS E CORREÇÃO 04/2017  
MULTA P/ ATRASO PAGTO 04/2017

Cobranças de terceiros  
CIP- Prefeitura Municipal

6,26

**TOTAL A PAGAR R\$ 31,77**

| TRIBUTOS                     | Base de cálculo(R\$) | Alíquota(%) | Valor(R\$) |
|------------------------------|----------------------|-------------|------------|
| - (incluídos no valor total) | ICMS                 | 0,00        | ISENTO     |
|                              | PIS/PASEP            | 24,88       | 0,38       |
|                              | COFINS               | 24,88       | 4,08       |

| DADOS TÉCNICOS                  |
|---------------------------------|
| Inst transformadora...: 1070420 |
| Número do medidor...: 4683200   |
| Fator de multiplicação: 1,000   |
| Tipo de ligação...: Monofásica  |

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

| Conjunto: ITABAIANINHA  | Referência: 03/2017 | MENSAL    | TRIMESTRAL | ANUAL |
|---|---------------------|-----------|------------|-------|
| EUSD: 15,05   |                     | META DIC  | 11,45      | 22,90 |
| O consumidor tem o direito de solicitar à distribuidora a publicação dos indicadores DIC, EIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.     |                     | APUR DIC  | 0,00       | 0,00  |
| O consumidor tem direito de receber uma compensação de custo caso sejam violados os limites de continuidade individuais relativos |                     | META FIC  | 7,82       | 15,64 |
|   |                     | APUR FIC  | 0,00       | 0,00  |
|   |                     | META DMIC | 8,29       | 16,58 |





BRUNO FUGA ADVOCACIA

## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, José Anderson Euvristo Santos, brasileiro, portador  
do RG 3.516.429-8, residente e domiciliado em Fazenda

\_\_\_\_ declaro para os devidos fins de direito, que **não dispomos de condições econômicas para fazer frente às despesas processuais referentes à propositura da presente ação judicial sem prejuízo do meu próprio sustento e o de minha família.**

Dante disso, declaro fazer jus aos benefícios da Justiça Gratuita, nos Termos da Constituição Federal (art. 5º, inciso LXXXIV) e da Lei 1.060/50, estando ciente que qualquer afirmação com intuito de beneficiar-me dessa benesse sem de fato fazer jus, estarei incorrendo sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Fazenda, 08 de agosto de 2017.

OUTORANTE: x José Anderson Euvristo Santos  
assinatura igual ao documento de identidade

| COMPROVANTE DE RENDIMENTOS   |               |               |                |               |
|--|---------------|---------------|----------------|---------------|
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMBABUÁ  |               |               |                |               |
| CNPJ: 11.623.979/0001-76   |               |               |                |               |
| VENCIG   |               |               |                |               |
| CONFIRMADO   |               |               |                |               |
| VALORES A SEREM PAGOS  |               |               |                |               |
| ACONTECIMENTO: EVANISTO SANT'ANA   |               |               |                |               |
| HORAS  | VALOR HORARIO | VALOR TOTAL   | VALOR DESCONTO | VALOR LÍQUIDO |
| 600  | R\$ 22,00     | R\$ 13.200,00 | R\$ 1.320,00   | R\$ 11.880,00 |
| DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:  |               |               |                |               |
| RUA MANOEL DIÓGOZO FONTELES, N° 301, CENSURADA<br>UMBABUÁ - SE<br>49260000 |               |               |                |               |



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



**DELEGACIA DE POLÍCIA DE UMBAÚBA**  
RODOVIA BR 101 CEP 49260000, CENTRO FONE (0) 3546-1393  
Boletim de Ocorrência 2014/06600.0-000501

**DELEGACIA RESPONSÁVEL**

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE UMBAÚBA  
Endereço: RODOVIA BR 101 CEP 49260000, CENTRO FONE (0) 3546-1393

**FATO**

Natureza: FATO ATÍPICO

Data e Hora do Fato: 21/09/2014 - 17:30 até 21/09/2014 - 18:00

Endereço: Número: Complemento: CEP: 49260-000

Bairro: CENTRO Cidade: UMBAÚBA - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE UMBAÚBA

Tipo de local: OUTROS Meio Empregado: OUTRO

**VITIMA-NOTICIANTE**

Nome: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

Nome do pai: JOSE EUCLIDES GONZAGA SANTOS Nome da mãe: ANA RITA EVARISTA SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 351842980 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: ARACAJU Data de nascimento: 26/10/1992 Sexo: Masculino Cor da cutis: Não informado

Profissão: VIGILANTE Estado civil: Solteiro Grau de instrução: Não informado

Endereço: PÔV. SITID PATIOBA Número: Complemento:

CEP: 49260-000 Bairro: CENTRO Cidade: ITABAIANINHA UF: SE

Proximidades: Telefone: 98466159

**HISTÓRICO**

RELATA O NOTICIANTE QUE NO DIA CITADO ACIMA ESTAVA NA RODOVIA QUANDO UMA OUTRA MOTOCICLETA FEZ UMA ULTRAPASSAGEM E QUE NESSA MESMA ULTRAPASSAGEM O PNEU DA MOTOCICLETA ENCOSTOU NO PNEU DA MOTOCICLETA DO NOTICIANTE, QUE O MESMO NOTICIANTE NÃO CONSEGUIU EQUILIBRAR A MOTOCICLETA E SOFREU UM ACIDENTE; QUE O MESMO COMPARCEU ATÉ ESSA DELEGACIA COM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA REGISTRAR O FATO; QUE A MOTOCICLETA É DE PLACA POLICIAL IAE7133, MARCA MODELO HONDA CG 125 FAN, FABRICAÇÃO 2008/2007, COR PRETA, EM NOME DO NOTICIANTE, DIANTE O EXPOSTO, HÓDIFICO O FATO.

Data e hora da comunicação: 26/09/2014 às 15:18

Última Alteração: 07/10/2014 às 12:04

JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS  
Responsável pela comunicação

Paulo Cristiano Alves Ricarte  
Delegado(a) de Polícia

Jose Fernandes Lima de Souza  
Responsável pelo preenchimento



Bruno Fuga | Advocacia

## NOTIFICAÇÃO PREMONITÓRIA

Constituição em mora.

**NOTIFICANTE:** JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS, brasileiro, portador do RG sob nº. 3.516.429-8 SSP/SE, residente e domiciliado na cidade de Itabaianinha/SE.

**OBJETO:** Processo administrativo do seguro DPVAT pela invalidez do próprio notificante José Anderson Evaristo Santos.

**NOTIFICADA:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com filial na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar – CEP 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ.

**Termos:**

1: O Notificante ingressou com processo administrativo para recebimento do seguro DPVAT devido ao acidente de trânsito que o deixou com invalidez permanente.

2: Tentou obter cópia do processo administrativo, documento este que não foi entregue após sua realização, porém a ligação telefônica para a notificada não surtiu efeito. Nestes termos, de forma solene e expressa, realiza a presente notificação para:

- a) No prazo de 72 horas, a contar do recebimento da notificação, colocar à disposição cópia do **processo administrativo em que a notificante foi beneficiária do seguro DPVAT**. Os processos administrativos deverão ser encaminhados para o e-mail ou endereço do escritório do patrono descrito no rodapé;
- b) O não atendimento dos termos, ou o silêncio, implicará nas medidas judiciais e administrativas cabíveis;
- c) Anexa à notificação que é encaminhada com carta aviso de recebimento, há cópia da procura;

Atenciosamente;  
Londrina, sexta-feira, 27 de maio de 2016.

Bruno Augusto Sampaio Fuga  
OAB/PR 48.250





SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Clinica 24H Dr. Ernesto Che Guevara Lynch de la Serna

URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM E EXAME FÍSICO:

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| <b>DIAGNÓSTICO:</b>  | Ameiame amea de fundo de moto reboto<br>liso de hidrocloridico |  |  |
| <b>PRESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO:</b>  | C/M  |  |  |
|  |  |  |  |

|  |   |               |                   |             |
|--|---|---------------|-------------------|-------------|
| <b>DESTINO:</b>  | Alta _____  | Interno _____ | Transferido _____ | Obito _____ |
| Hora atendimento:  | Data:  |               |                   |             |
|  |   |               |                   |             |
| <small>Assinatura do Profissional</small><br><small>Assinatura do Paciente</small>   |   |               |                   |             |



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

18/09/2017

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

</br>{Via Movimentação em Lote nº 201700533}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

21/09/2017

**MOVIMENTO:**

Reativação

**DESCRIÇÃO:**

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

21/09/2017

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Compulsando os autos, constato que, nos termos do art. 319 e ss, NCPC, há irregularidade na exordial a ensejar devida retificação. Entendo que, em virtude do princípio da cooperação, deve o magistrado indicar expressamente os vícios contidos na inicial em seu provimento jurisdicional, dando a oportunidade para que o causídico venha saneá-los no prazo legal. Assim, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos: comprovar a inscrição suplementar da causídica do autor na Seccional da OAB SERGIPE; juntar cópia legível do documento de fls. 18; juntar cópia do processo administrativo, bem como do comprovante de pagamento do seguro efetuado administrativamente. Juntar comprovante ou declaração de residência em nome do autor, sendo esta última sob as penas da lei, com o fim de comprovar que o autor reside nesta Comarca. Transcorrido o aludido prazo, certifique-se e volvam os autos conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Compulsando os autos, constato que, nos termos do art. 319 e ss, NCPC, há irregularidade na exordial a ensejar devida retificação.

Entendo que, em virtude do princípio da cooperação, deve o magistrado indicar expressamente os vícios contidos na inicial em seu provimento jurisdicional, dando a oportunidade para que o causídico venha saneá-los no prazo legal.

Assim, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos:

- comprovar a inscrição suplementar da causídica do autor na Seccional da OAB – SERGIPE;
- juntar cópia legível do documento de fls. 18;
- juntar cópia do processo administrativo, bem como do comprovante de pagamento do seguro efetuado administrativamente.
- Juntar comprovante ou declaração de residência em nome do autor, sendo esta última sob as penas da lei, com o fim de comprovar que o autor reside nesta Comarca.

**Transcorrido o aludido prazo, certifique-se e volvam os autos conclusos.**



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alcantara de Oliveira Araujo, Juiz(a) de Itabaianinha, em 21/09/2017, às 23:17**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2017001445317-61**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

16/10/2017

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Emenda da Inicial realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE - 52880}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## **EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos nº 201770001714

**JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, já qualificado nos autos supra que intenta ação em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A** igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, requerer o que abaixo se segue:

### **I. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Em atenção à intimação, a parte autora **requer a juntada do processo administrativo do autor**, que comprova a entrada com o pedido administrativo para recebimento do Seguro DPVAT, bem como o valor recebido.

Foi pago pela requerida o montante de R\$1.350,00. Faz prova de tais alegações **os documentos fornecidos pela própria Seguradora, obtidos por meio de processo de Produção de Provas**, ajuizado antes desse em nome do autor, sob nº 201670001129, que tramita perante a Vara Cível da Comarca de Itabaianinha/SE. Vale ressaltar que a “prova emprestada” é admitida e amparada pelo art. 372 do CPC/2015.

Art. 372. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

A parte autora reitera que entende que o valor mencionado é inferior ao que tem direito de acordo com sua invalidez, além de ter sido pago sem qualquer correção monetária, motivo pelo qual propôs a presente demanda.

### **II. DA INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR**

Quanto à comprovação da inscrição suplementar na seccional de Sergipe, a parte autora informa que já regularizou a situação da causídica referente

à inscrição suplementar, conforme se verifica no site do Cadastro Nacional de Advogados:



## Consulta Online

O Cadastro Nacional dos Advogados (CNA) é mantido pelo Conselho Federal da OAB, que exerce a função de fiel repositório do cadastro de todos os advogados do Brasil.

Para realizar a consulta, preencha corretamente os campos abaixo e clique em pesquisar.

**Nome**  **Nº da inscrição**

**Seccional**  **Tipo de inscrição**

**Clique na caixa "Não sou um robô"**  Não sou um robô  reCAPTCHA  
Privacidade - Termos

### RESULTADO

|          |                                      |                         |               |
|----------|--------------------------------------|-------------------------|---------------|
| <b>1</b> | <b>Nome:</b> JULIANA TRAUTWEIN CHEDE | <b>Inscrição:</b> 1026A | <b>UF:</b> SE |
|----------|--------------------------------------|-------------------------|---------------|

### III. DO COMPROVANTE DE RENDA E DE RESIDÊNCIA

Quanto à necessidade de juntar comprovante de renda legível e comprovante de residência em nome próprio, a parte autora **requer a dilação do prazo** em 30 dias para que possa providenciar tais documentos, tendo em vista a dificuldade encontrada em contatar o cliente.

Pede deferimento  
Londrina, segunda-feira, 16 de outubro de 2017.

**Juliana Trautwein Chede**  
(*Resp. Est.*)  
OAB/SE 1026-A

**Viviane Nagila Camargo Abdo**  
(*Rev.*)  
OAB/PR 78.302

**Estefani Zanon Garcia**  
(*Elab*)  
Acadêmica de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

13/11/2017

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

27/04/2018

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Defiro o pedido retro, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar os documentos solicitados no despacho de fls. 27, sob pena de extinção.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro o pedido retro, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar os documentos solicitados no despacho de fls. 27, sob pena de extinção.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alcantara de Oliveira Araujo, Juiz(a) de Itabaianinha, em 27/04/2018, às 11:49**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2018001001297-55**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

11/05/2018

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE - 52880}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE.

Autos nº. 201770001714.

**JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS**, parte já qualificada nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente qualificada, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar o que abaixo se segue:

### I. DO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

A parte autora foi intimada para comprovar seu endereço residencial, tendo em vista que o comprovante de residência apresentado se encontra em nome de terceiro.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o autor não possui comprovante de residência em nome próprio pois reside com sua genitora, Ana Rita Evaristo Santos. Conforme se observa abaixo, a filiação que consta no documento em p. 14 é a mesma nomeação presente em comprovante de residência da parte autora, ficando provada a relação de parentesco.



Deste modo, resta comprovado que o autor reside no endereço Rua Povoado Lagoa Dantas II Rua A, nº 161, CEP: 49260-000, com sua mãe, nome que consta tanto no comprovante de residência anexado acima.

## II. DA COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Em atenção ao despacho r., a parte autora informa que não possui condições de arcar com as despesas processuais. Para provar o alegado, **requer a juntada de CTPS e documento emitido pela Receita Federal comprovando que o requerente não declarou Imposto de Renda nos últimos três anos**, por se enquadrar na categoria de pessoas com baixa renda onde a declaração não é obrigatória.

Importa constar que o §3<sup>a</sup> do Art. 99 CPC/2015, determina que a **simples alegação de insuficiência possui presunção de veracidade**, desta forma, não há necessidade de comprovar hipossuficiência. O parágrafo §4<sup>a</sup> deste mesmo artigo ilustra que a representação por advogado particular não caracteriza empecilho para concessão da justiça gratuita.

Por fim, o **art. 374, IV do NCPC/2015**, o qual preceitua que **não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade**, como é o caso do pedido de gratuidade de justiça feito por pessoa natural.

Desta forma, **reitera o pedido de assistência judiciária gratuita**.

## III. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Em atenção à intimação, a parte autora **esclarece que houve entrada do processo administrativo** para recebimento do Seguro DPVAT, onde foi pago o montante de R\$1.350,00. Faz prova da entrada com processo administrativo os documentos fornecidos pela própria Seguradora, obtidos por meio de processo de Produção de Provas, ajuizado antes desse em nome do autor, sob nº 201670001129, que tramita perante a Vara Cível da Comarca de Itabaianinha/SE. Vale ressaltar que a “prova emprestada” é admitida e amparada pelo art. 372 do CPC/2015.

Art. 372. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

A parte autora reitera que não concorda com o valor pago na esfera administrativa, motivo pelo qual propôs a presente ação de cobrança com objetivo de obter a complementação do valor recebido e correção monetária sobre o mesmo. Diante do exposto, a parte autora **requer a juntada dos documentos** solicitados por este juízo.



Pede deferimento  
Londrina, sexta-feira, 11 de maio de 2018.

**Juliana Trautwein Chede**  
(*Resp. Est.*)  
OAB/SE 1.026 A

**Debora Sampaio Fuga**  
(*Resp. Rev.*)  
OAB/PR 64.084

**Julia Castilho Sepulveda**  
(*Elab.*)  
Acadêmica de Direito

## TRABALHADOR

Esta é sua **Carteira de Trabalho - CTPS**, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: [WWW.MTE.GOV.BR](http://WWW.MTE.GOV.BR)

MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E EMPREGO



CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP 161.92285.59-5

NÚMERO 2558527 SÉRIE 0040 UF SE

José Andrade Góesnato Santo

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



|   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO   |  | ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE   |  |
| FILHADO: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS<br>NMA: RITA EVARISTE GONZAGA SANTOS<br>NASCIMENTO: 26/10/1992<br>ESTADO CIVL: SOLTEIRO<br>NATURALIDADE: ARACAJU - SE<br>DOCUMENTO: C.I. 35164298 26/09/2009 SSP SE<br>LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1996<br>CPF: 059 866 875-11<br>TIT. ELEITOR: ZONA:<br>SEÇÃO:<br>ZONA:<br>ASSINATURA DO EMISSOR |  | ASSINATURA DO EMISSOR<br>DATA: 23/01/2013<br>LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/SE - 23/01/2013<br>CÓD. CIV. MUNICIPAL: 03<br>L E G E N D A<br>A. CASAMENTO   C. DIVORÇO   E. AUTODECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA   G. DECLARAÇÃO DE<br>B. SEP. EUCR   D. OBT. CIV.   F. MULHER ACUSADA |  |
|   |  |   |  |

## REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR .....

REGISTRADO EM .....

SOB. N° .....

LIVRO N° .....

FLS..... PROC. N° .....

PROFISSÃO .....

FUNÇÃO .....

LEGISLAÇÃO .....

LOCAL .....

DATA .....

ASSINATURA E CÂMBIO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM .....

SOB. N° .....

LIVRO N° .....

FLS..... PROC. N° .....

PROFISSÃO .....

FUNÇÃO .....

LEGISLAÇÃO .....

LOCAL .....

DATA .....

ASSINATURA E CÂMBIO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM .....

SOB. N° .....

LIVRO N° .....

FLS..... PROC. N° .....

PROFISSÃO .....

FUNÇÃO .....

LEGISLAÇÃO .....

LOCAL .....

DATA .....

ASSINATURA E CÂMBIO DO SERVIDOR

04

## REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR .....

REGISTRADO EM .....

SOB. N° .....

LIVRO N° .....

FLS..... PROC. N° .....

PROFISSÃO .....

FUNÇÃO .....

LEGISLAÇÃO .....

LOCAL .....

DATA .....

ASSINATURA E CÂMBIO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM .....

SOB. N° .....

LIVRO N° .....

FLS..... PROC. N° .....

PROFISSÃO .....

FUNÇÃO .....

LEGISLAÇÃO .....

LOCAL .....

DATA .....

ASSINATURA E CÂMBIO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM .....

SOB. N° .....

LIVRO N° .....

FLS..... PROC. N° .....

PROFISSÃO .....

FUNÇÃO .....

LEGISLAÇÃO .....

LOCAL .....

DATA .....

ASSINATURA E CÂMBIO DO SERVIDOR

05

# Situação das Declarações IRPF 2015

Prezado Contribuinte (CPF 059.856.875-11),

JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

11/05/2018

14:29

versão 06.20140109

[Voltar](#)



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui ([/Politica/Privacidade.htm](#)).

Atualize sua página ([/Principal/AtualizaBrowser.htm](#))    Versão: v.01R

# Situação das Declarações IRPF 2016

Prezado Contribuinte (CPF 059.856.875-11),

JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

11/05/2018

14:28

versão 06.20140109

[Voltar](#)



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui ([/Politica/Privacidade.htm](#)).

Atualize sua página ([/Principal/AtualizaBrowser.htm](#))    Versão: v.01R

# Situação das Declarações IRPF 2017

Prezado Contribuinte (CPF 059.856.875-11),

JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

11/05/2018

14:27

versão 06.20140109

[Voltar](#)



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui ([/Politica/Privacidade.htm](#)).

Atualize sua página ([/Principal/AtualizaBrowser.htm](#))    Versão: v.01R



Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 2014

Carta nº: 5526901

A/C: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

**Sinistro:** 2014927814  
**Vitima:** JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS  
**Data Acidente:** 21/09/2014  
**Natureza:** INVALIDEZ  
**Procurador:**

**Ref.: AVISO DE SINISTRO**

**Prezado(a) Senhor(a),**

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br), ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br), não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

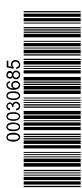
**ATENÇÃO:**

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do inicio ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

**Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à MBM SEGURADORA S/A de origem onde o sinistro foi cadastrado.**

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**





Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 2014

Carta n°: 5984292

A/C: JOSEANDSON EVARISTO SANTOS

Snistro: 2014927814  
Vitima: JOSEANDSON EVARISTO SANTOS  
Data Acidente: 21/09/2014  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Queremos informar que o pagamento da indenização para o senhor JOSEANDSON EVARISTO SANTOS, no valor de R\$ 1.350,00, foi efetuado.

JOSEANDSON EVARISTO SANTOS

R\$ 1.350,00

B047

gê 00000022

000001015026-0

p CONTA CORRENTE

Ó ól

|                  |          |
|------------------|----------|
| Multa:           | 0,00     |
| Juros:           | 0,00     |
| Total creditado: | 1.350,00 |

Dano Pessoal: Lesões de ossos e estruturas crânio-faciais, cursando com sequelas funcionais não comensuráveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascilar, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital 100%

Graduação: Encravado 10%

% Invalidade Permanente DPVAT: (10% de 100%) 10,00%

Valor a indenizar: 10,00% x 13.500,00 = 1.350,00

Portanto, pagamos à senhora JOSEANDSON EVARISTO SANTOS, o valor de R\$ 1.350,00, em plena justiça.

Para mais informações, visite o site [www.dpvat.gov.br](http://www.dpvat.gov.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 17/12/2014

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.350,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

BANCO: 047

AGÊNCIA: 00022

CONTA: 00001015026-0

---

Nr. da Autenticação 60C7A0DDCA26EBAB



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

14/05/2018

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

08/10/2018

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor JULIANA TRAUTWEIN CHEDE (52880-PR) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20181003133303106 às 13:33 em 03/10/2018.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não

**EXCELENTESSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos nº. 201770001714

**JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS**, já qualificado nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

Em consulta aos autos, verifica-se que este processo não apresenta novas movimentações desde **maio de 2018**. Desta forma, a parte autora requer o normal prosseguimento do feito, tendo em vista que o processo encontra-se parado.

Pede deferimento  
Londrina, quinta-feira 9 de agosto de 2018

**Juliana Trautwein Chede**  
(*Resp. Est*)  
OAB/SE 1.026A

**Aniele Pissinati**  
(*Resp.*)  
OAB/PR 86.125

**Israel Alves Guimarães**  
(*Elab.*)  
Acadêmico de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

20/11/2018

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

DESPACHO Processo nº 201770001714 Defiro a gratuidade da Justiça. Designo audiência de conciliação para o dia 01/02/2019 às 12:16 hrs, no fórum local. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência, e a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.<br/>Designo o dia 01/02/2019 às 12:16hs para que seja realizada audiência Conciliação.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

**DESPACHO**

**Processo nº 201770001714**

Defiro a gratuidade da Justiça. Designo **audiência de conciliação para o dia 01/02/2019 às 12:16 hrs**, no fórum local.

**Cite-se e intime-se a parte Ré.** O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência, e a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

p. 52



Assinado eletronicamente por Roberto Alcantara de Oliveira Araujo, Juiz(a) de Itabaianinha, em 20/11/2018 às 18:23:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.  
Conferência em [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos). Número de Consulta: 2018002883327-71. fl: 1/2



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alcantara de Oliveira Araujo**,  
**Juiz(a) de Itabaianinha, em 20/11/2018, às 18:23:52**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei  
11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante  
preenchimento do número de consulta pública **2018002883327-71**.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

23/11/2018

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE - 52880}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos nº. 201770001714.

**JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS**, já qualificada nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

A parte autora informa que **não comparecerá** na audiência de conciliação, tendo em vista que nunca é feito proposta de acordo pela Seguradora e é necessário a realização de perícia médica para apurar a porcentagem de invalidez que acomete o autor. Assim, qualquer audiência, nesta fase processual, seria inócuia.

Pede deferimento  
Londrina, sexta-feira, 23 de novembro de 2018.

**Juliana Trautwein Chede**  
(*Resp. Est.*)  
OAB/SE 1026-A

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**  
(*Resp.*)  
OAB/PR 48.250

**Rayla Picoloto Busnello**  
(*Elab*)  
Acadêmica de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

26/11/2018

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Autos conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

04/02/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Aos 01 de Janeiro de 2019, às 12h16min, nesta cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe, na Sala das Audiências do Juízo de Direito da Comarca de Itabaianinha, presente se achava o conciliador. Aberta a audiência, pelo conciliador foi dito: Diante do pedido constante às fls. 55, bem como diante do fato de não ter sido expedida a intimação para o requerido, faço os autos conclusos. Nada mais havendo o Conciliador determinou que se encerrasse o presente termo que lido e achado conforme segue por mim. Eu, José Conrado Santos Pinto, a seu cargo, que digitei e subscrevo. <br/> Juntada de Outros Documentos<br/>TERMO DE AUDIÊNCIA

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE SERGIPE**

**Processo N.º 201770001714**

**Ação: Procedimento Comum**

**Requerente: José Anderson Evaristo Santos**

**Advogado: Juliana Trautwein Chede – OAB/PR 52880**

**Requerida: Seguradora Líder**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Aos 01 de Janeiro de 2019, às 12h16min, nesta cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe, na Sala das Audiências do Juízo de Direito da Comarca de Itabaianinha, presente se achava o conciliador.

**Aberta a audiência, pelo conciliador foi dito:** Diante do pedido constante às fls. 55, bem como diante do fato de não ter sido expedida a intimação para o requerido, faço os autos conclusos." Nada mais havendo o Conciliador determinou que se encerrasse o presente termo que lido e achado conforme segue por mim. Eu, José Conrado Santos Pinto, a seu cargo, que digitei e subscrevo.

*José Conrado Santos Pinto*  
**José Conrado Santos Pinto**  
**Conciliador**



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

05/02/2019

**MOVIMENTO:**

Reativação

**DESCRIÇÃO:**

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

05/02/2019

**MOVIMENTO:**

Outras Informações

**DESCRIÇÃO:**

PARA A REGULARIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS NO SCPV.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

---

Movimento: Outras Informações

PARA A REGULARIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS NO SCPV.

---



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alcantara de Oliveira Araujo, Juiz(a) de Itabaianinha, em 05/02/2019, às 16:32:10**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000265582-56**.

---





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

05/02/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

À conclusão, em razão do referido no termo de audiência juntado no dia 04/02/2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

26/02/2019

**MOVIMENTO:**

Outras Informações

**DESCRIÇÃO:**

Para a regularização das audiências no SCPV.</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900286}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

---

Para a regularização das audiências no SCPV.

---



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alcantara de Oliveira Araujo, Juiz(a) de Itabaianinha, em 26/02/2019, às 09:19:00**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000465386-88**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

27/02/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

AUDIÊNCIA REALIZADA CONFORME TERMO JUNTADO EM 04/02/2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não

Termo de Audiência

AUDIÊNCIA REALIZADA CONFORME TERMO JUNTADO EM 04/02/2019.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

06/05/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE - 52880}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos nº. 201770001714.

**JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS**, já qualificado nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

Em consulta aos autos, verifica-se que este processo não apresenta novas movimentações desde **fevereiro de 2019**. Isto posto, requer o normal prosseguimento do feito com expedição de citação para ré.

Nos termos que pede deferimento  
Londrina, segunda-feira, 6 de maio de 2019.

**Juliana Trautwein Chede**  
(*Resp. Est.*)  
OAB/AL 15.988 A

**Aniele Pissinati**  
(*Resp.*)  
OAB/PR 86.125

**Rayla Picoloto Busnello**  
(*Elab.*)  
Acadêmica de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

06/08/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Cite-se o demandado para apresentar contestação, no prazo legal. Com ou sem manifestação, intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da contestação e documentos juntados aos autos pelo requerido, se houver, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, NCPC). Cumpra-se. Após, de tudo certificado, volvam os autos conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cite-se o demandado para apresentar contestação, no prazo legal.

Com ou sem manifestação, intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da contestação e documentos juntados aos autos pelo requerido, se houver, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito.

Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, NCPC).

Cumpra-se.

Após, de tudo certificado, volvam os autos conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILO CHIANCA DE OLIVEIRA AZEVEDO, Juiz(a) de Itabaianinha, em 06/08/2019, às 16:14:07**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001966657-85**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

07/08/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que expedi o mandado de citação e intimação nº 7268/2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

08/08/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201970007268 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA [TM4205,MD2372] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Itabaianinha  
Rua Francisco Severo, Nº 228  
Bairro - Centro Cidade - Itabaianinha  
Cep - 49290-000 Telefone - (79)3544-1100

Normal(Justiça Gratuita)



201970007268

PROCESSO: 201770001714 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0001630-23.2017.8.25.0035  
NATUREZA: Procedimento Comum  
REQUERENTE: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

**Finalidade:** Responder em 15 (quinze) dias.

**Despacho:** Cite-se o demandado para apresentar contestação, no prazo legal. Com ou sem manifestação, intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da contestação e documentos juntados aos autos pelo requerido, se houver, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, NCPC). Cumpra-se. Após, de tudo certificado, volvam os autos conclusos.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, Nº 74  
**Bairro** : CENTRO  
**Cep** : 20031205  
**Cidade** : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **CAMILO CHIANCA DE OLIVEIRA AZEVEDO**,  
**Magistrado(a) de Itabaianinha, em 08/08/2019, às 09:25:28**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001986922-77**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

03/09/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201970007268, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido<br/><br/>{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Digital



## ESTINATÁRIO

SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Avenida SENADOR DANTAS nº N° 74, 5º ANDAR. CENTRO.

0031205 - RIO DE JANEIRO - RJ

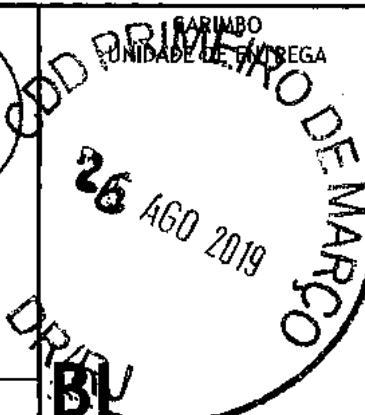


## ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)

Referente ao processo de nro. 201770001714 e mandado nro. 201970007268

| TENTATIVAS DE ENTREGA                                 |   | MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO   | RUBRICA E MATRÍCULA DO ENTREGUEIRO                     |
|---|---|--|--|
| 1 <sup>a</sup>  | / / : <b>SEGURO DA LIDER</b><br>Após 1 tentativa de devolver o objeto | <b>ATENÇÃO:</b><br><input type="checkbox"/> 1 Mudou de endereço<br><input type="checkbox"/> 2 Objeto insuficiente<br><input type="checkbox"/> 3 Não existe o número<br><input type="checkbox"/> 4 Desconhecido<br><input type="checkbox"/> 5 Recusado<br><input type="checkbox"/> 6 Não procurado<br><input type="checkbox"/> 7 Ausente<br><input type="checkbox"/> 8 Falecido | <b>BRUNO</b><br><b>Ana Cláudia</b><br>Matr.: 8.957.275 |
| 2 <sup>a</sup>  | / / : <b>26 AGO 2019</b>  |  |  |
| 3 <sup>a</sup>  | / / : <b>26 AGO 2019</b>  |  |  |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR                               |   | DATA DE ENTREGA  |  |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR                             |   | Nº DOC. DE IDENTIDADE  |  |
| <b>BRUNA DE SOUZA CRUZ VIEIRA</b><br>RG: 20.993.830-7 |   |  |  |





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

16/09/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20190916155904499 às 15:59 em 16/09/2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Processo: 201770001714

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **21/09/2014**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **26/09/2014**.

Cumpre esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descharacteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

### **DO MÉRITO**

#### **USO REGULAR DO PODER ESTATAL**

#### **DO SISTEMA DE FREIO E CONTRAPESOS**

Assinale-se, aliás, que a fixação de valores em reais para as indenizações do Seguro DPVAT **foi uma opção legislativa, que, no uso regular das competências dos Poderes Executivo e Legislativo**, julgou conveniente promover alterações no modelo anterior, no qual os valores das indenizações eram calculados em múltiplos do salário mínimo.

Da sistemática estabelecida pela Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07, depreende-se que a fixação de valores em moeda corrente, em substituição aos múltiplos do salário mínimo, é, na realidade, uma opção legislativa em harmonia com o processo de desindexação pelo qual passou a economia brasileira na década de 90.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

Com efeito, o e. Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao decidir questão correlata, entendeu que “não cabe ao Poder Judiciário autorizar a correção monetária da tabela progressiva do imposto de renda prevista na Lei 9.250/1995 ante a ausência de previsão legal que o autorize”. (RE 388312, Tribunal Pleno, Rel. p/ acórdão: Min. CARMEN LÚCIA, j. 01.08.11, DJ 11.10.11).

Diante do exposto, mostra-se manifesta a impossibilidade de aplicação da correção monetária em hipótese não prevista em lei, o que, em última análise, importa em injustificada limitação ao juízo de oportunidade e conveniência dos órgãos executivos e legislativos na adoção de medidas necessárias à estabilização da economia e às políticas públicas.

Por ter requerido a incidência de cálculo de atualização monetária do valor fixado em reais pelo art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, é flagrante a violação do pedido autoral a esse dispositivo, mormente pelo fato da Lei nº 11.482/07 ter desvinculado o pagamento da indenização de um índice atualização automático (salário mínimo), em conformidade com a política de desindexação de toda a economia.

#### **DA VIOLAÇÃO AO ART. 3º, II, DA LEI Nº 6.194/1974**

O art. 3º, II, Lei nº 6.194/74, com redação dada pela MP 340/06, convertida na Lei 11.482/07, não prevê indexação a um fator de correção monetária aos valores das indenizações do Seguro Obrigatório DPVAT.

Destaca-se que a fixação de tais valores para as indenizações do Seguro DPVAT foi uma opção legislativa, que, no uso regular das competências dos Poderes Executivo e Legislativo, julgou conveniente promover alterações no modelo anterior, no qual os valores das indenizações eram calculados em múltiplos do salário mínimo, não cabendo ao Poder Judiciário dispor de maneira diversa, sob pena de violar a competência do poder Legislativo.

Aliás, a lei é expressa ao determinar que a única hipótese de pagamento de correção monetária se dá com o “não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária” (art. 5º, §7º, da Lei nº 6.494/1974, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007).

Com efeito, o comando inserido no art. 5º, §1º, da Lei 6.194/74, estabelece que as indenizações do Seguro DPVAT deverão ser pagas no prazo de “30 dias da entrega dos [...] documentos” elencados na lei. Diante disso, determina o §7º do referido dispositivo legal que apenas “na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária” os valores correspondentes às indenizações do Seguro DPVAT “sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido”.

Em outras palavras, no caso do Seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/07, determina, no art. 3º, que a incidência de correção monetária dependerá exclusivamente de atraso imputável à seguradora que descumprir o prazo de 30 dias para o pagamento administrativo da indenização, nos termos do art. 5º, §7º. Assim, tendo a autora pleiteado a indenização pela via administrativa e assim recebido no prazo previsto o valor pleiteado não há que se falar em atraso no pagamento.

Portanto, não se vislumbra, no caso, a única hipótese de incidência de correção monetária do valor estabelecido na Lei nº 6.194/74, razão pela qual deve ser declarada improcedente o pleito autoral nesse ponto, por violação ao art. 3º, II, e ao art. 5º, §7º, ambos da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482, de 31 de maio de 2007.

Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que seja observada a data do ajuizamento da ação para a incidência da correção monetária, nos exatos termos da Lei 6.899/91.

#### **DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

#### **DAS INFORMAÇÕES NOS BOLETINS DE ATENDIMENTO MÉDICO**

Conforme dispõe o art. 385, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial os DOCUMENTOS MÉDICOS.

Conforme se verifica pela documentação anexa, o documento médico, encontram-se totalmente ilegível, documento este que não é possível verificar o diagnóstico médico vejamos:



Portanto, para que não pare qualquer dúvida sobre o atendimento e a autenticidade dos documentos médicos acostados, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício a Clínica 24 h Dr. resto Che Guevera, onde foi prestado o primeiro atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontrovertido na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), após a regulação do sinistro.

<sup>3</sup>"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML.

**INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**" (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG , Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE  
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 17/12/2014  
NUMERO DO DOCUMENTO:  
VALOR TOTAL: 1.350,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:  
CLIENTE: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

BANCO: 047  
AGÊNCIA: 00022  
CONTA: 000001015026-0

---

Nr. da Autenticação 60C7A0DDCA26EBAB

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituir-a através da propositura da correspondente ação anulatória, disserendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vínculo de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressalvar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

## DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de 21/09/2014. Ademais, houve pagamento administrativo na razão de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais).

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup>Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.350,00 (UM MIL E TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)**.

### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>6</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>7</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelênciia assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

<sup>6</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>7</sup>*art. 1º. (...)*  
*§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.*

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do expresso no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito sob o nº 2595/SE, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ITABAIANINHA, 12 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**

## QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**TABELA DE GRAAÇÃO**

| Danos Corporais Previstos na Lei  | Total (100%)  | Intensa (75%) | Média (50%)  | Leve (25%)   | Residual (10%) |
|---|---------------|---------------|--------------|--------------|----------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores  |               |               |              |              |                |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés   |               |               |              |              |                |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior   |               |               |              |              |                |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral  |               |               |              |              |                |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfíncteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica   | R\$ 13.500,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.350,00   |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital |               |               |              |              |                |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos   | R\$ 9.450,00  | R\$ 7.087,50  | R\$ 4.725,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 945,00     |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores  |               |               |              |              |                |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés   |               |               |              |              |                |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho  | R\$ 6.750,00  | R\$ 5.062,50  | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 675,00     |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar  |               |               |              |              |                |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo   | R\$ 3.375,00  | R\$ 2.531,25  | R\$ 1.687,50 | R\$ 843,75   | R\$ 337,50     |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral   |               |               |              |              |                |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão  |               |               |              |              |                |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé  | R\$ 1.350,00  | R\$ 1.012,50  | R\$ 675,00   | R\$ 337,50   | R\$ 135,00     |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço   |               |               |              |              |                |

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **ITABAIANINHA**, nos autos do Processo nº 00016302320178250035.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF):

333.0028479-6

Nº do Protocolo:

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 333.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

| Órgão | Calculado | Pago   |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 570,00    | 570,00 |
| DREI  | 21,00     | 21,00  |

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-B033-7CC99430A9D4



Tipo Jurídico:

Sociedade anônima

Prato Empresarial:

Normal

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

## SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

| Código do Ato | Código Evento | Qtde. | Descrição do ato / Descrição do evento  |
|---------------|---------------|-------|---|
| 017           | 999           | 1     | Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração |
|               | XXX           | XXX   | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  |

### Representante legal da empresa

|       |                      |            |
|-------|----------------------|------------|
| Local | Nome:                |            |
|       | Assinatura:          |            |
| Data  | Telefone de contato: |            |
|       | E-mail:              |            |
|       | Tipo de documento:   | Híbrido    |
|       | Data de criação:     | 24/01/2018 |
|       | Data da 1ª entrada:  |            |



00-2018/017153-4



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3



Companhia; e (c) CRISTIANE FERREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incorso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, ratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistentes as referidas atividades na Companhia:

| N | MEMBRO                      | RCA        | MANDATO    | FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP   |
|---|-----------------------------|------------|------------|--|
| 1 | José Ismar Alves Tôrres     | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor Presidente   |
| 2 | Helio Bitton Rodrigues      | 14.12.2017 | 13.12.2018 | sem função específica  |
| 3 | Cristiane Ferreira da Silva | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)   |
| 4 | Milton Bellizia             | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)  |
|   |                             |            |            | Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)   |
| 5 | Andrea Louise Ruano Ribeiro | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)                 |
|   |                             |            |            | Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle) |
|   |                             |            |            | Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)  |
|   |                             |            |            | Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)                                      |

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

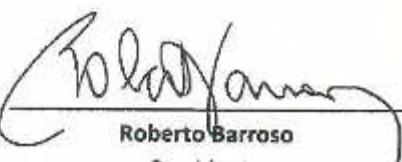


**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

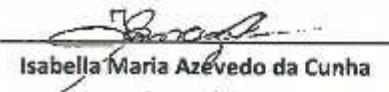
**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017



Roberto Barroso  
Presidente



Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

---

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

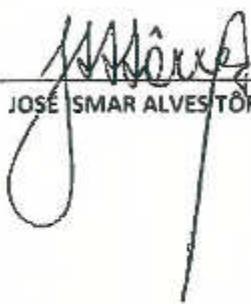
**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 0003143059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDDE4B56AFADE5ECFBFFD5CE65740F23E495AE2A80E1FE8

p. 93 Para validar o documento acesse <http://www.jucaria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 0/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 50-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/11/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/11/2018 sob o NÚMERO 00003149053 e demais constantes do Termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386PA4E220CPDE4B56AFAD85ECF8FF5CF68742F233E496AFDA80E1FB3





## PORTARIA N° 753, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 13414.639788/2017-94, resolve:

Art. 1º Apresentar as seguintes deliberações constantes pelos acionistas da ALM SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA DO RIO, CNPJ n. 23.904.711/0001-80, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e na escritório geral estabelecido na Rua das Laranjeiras, nº 100, bairro Laranjeiras, no dia 26 de junho de 2018.

1 - Aumento de capital social em R\$ 400.161,00, elevando-o para R\$ 2.155.383,00, dividido em 179.346.932 ações ordinárias nominativas, cada uma nominal; e

II - Reforma de estatuto social.

Art. 2º Recolher que a parcela de R\$ 100.140,00 da quantia de capital social deve ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA N° 754, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 13414.639788/2017-94, resolve:

Recolher que a parcela de R\$ 100.140,00 da quantia de capital social deve ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 1º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA N° 755, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 13414.639788/2017-94, resolve:

Recolher que a parcela de R\$ 100.140,00 da quantia de capital social deve ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 1º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA N° 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 13414.639788/2017-94, resolve:

Recolher que a parcela de R\$ 100.140,00 da quantia de capital social deve ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 1º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA N° 757, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com a alínea g) da Lei Complementar n. 126, de 15 de junho de 2007, e o que consta do processo Susep 13414.639788/2017-94, resolve:

Art. 1º Apresentar a eleição de membros do conselho de administração da IRB BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ n. 13.376.984/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 26 de junho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## PORTARIA N° 758, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com a alínea g) da Lei Complementar n. 126, de 15 de junho de 2007, e o que consta do processo Susep 13414.639788/2017-94, resolve:

Art. 1º Apresentar a eleição de membros do conselho de administração da IRB BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ n. 13.376.984/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 26 de junho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## RETIFICAÇÃO

No enigma 1º da Portaria Susep/Direc n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, páginas 168, texto 1, onde se lê: "..., na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", fala-se: "..., na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017."

## Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

## INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

## PORTARIA N° 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições conferidas na § 1º do art. 4º da Lei n. 9.610, de 12 de dezembro de 1993, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n. 9.903, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 1º da Lei n. 10.259, de 28 de novembro de 2000:

Considerando o Decreto Federal n.º 96.044, de 18 de maio de 1988, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Intermin. n.º 16, de 16 de junho de 2018, que aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Transporte de Carga Rodoviária destinadas ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União, edição 16, de 16 de junho de 2018, com número 001, página 46;

Considerando que é necessário que o artigo 1º daquele referido regulamento seja alterado, para que esteja de acordo com o novo Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (TCPPI), aprovado por meio do Decreto Federal n.º 96.044, de 18 de maio de 1988, que altera o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade apresentados pela Portaria Intermin. n.º 16/2018, resolvendo:

Art. 1º Ficam alterados os artigos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Transporte de Carga Rodoviária destinadas ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Intermin. n.º 16, de 16 de junho de 2018, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br, no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

- Transporte

Decreto de Avaliação da Conformidade - Decreto  
Ran Souza Alexandre, nº 416 - 5º andar - Rio Comprido

Cep 20.361-231 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Intermin. n.º 16/2018 pelos Anexos A e D anexos à esta Portaria.

Art. 3º Ficam inchados na Portaria Intermin. n.º 16/2018 os Anexos F e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam inchados na Portaria Intermin. n.º 16/2018, os artigos 4º da Portaria Intermin. n.º 16/2018, os seguintes parágrafos:

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

## CIRCULAR N° 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SISTEMATICO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições, normas, políticas, conforme o conteúdo do Anexo, para propositos de modificação da Normatização Circular do MERCOSUL - NCII e da Tabela Especial Circular, em seu âmbito Departamental, da Normatização Circular do Mercosul (TNCII), com o objetivo de melhor CEP 70052-900, Brasília (DF). As competências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação dessa Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas de revisões apresentadas mediante o procedimento integral do sistema web, disponibilizadas na página da Ministério na Internet, no endereço <http://www.mre.gov.br/ncii/>, no link "REPORTO DE NCII/DECRETO LEI/REGULAMENTO/TBC\_001 Sistema de concessão de des". O procedimento também pode ser solicitado pelo telefone (61) 3123-3110 e 3123-7458 ou pelo endereço de e-mail: [NCII@mdc.mre.gov.br](mailto:NCII@mdc.mre.gov.br).

3. O acompanhamento sobre as análises das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mre.gov.br/ncii/>, através de mensagens a respectiva destinação encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

## ANEXO

## RENATO AGOSTINHO DA SIENA

| SITUAÇÃO ATUAL:  | LISTAGEM PROPOSTA   |
|--|---|
| 2017.20.08   | 2   |
| - Aclides poliacetilenicos, diólefícos e tercilefílicos, seus análogos, halogéneos, peróxidos, peróxidoss e seus derivados | 2017.20   |
|  | 2017.20.1 Acídes Poliacetilenicos, cíclicos, cíclicos ou dicíclicos, seus análogos, halogéneos, |
|  | 2017.20.1.1 peróxidos, peróxidoss e seus derivados  |
|  | 2017.20.1.2 Entra de ácidos poliacetilenicos cíclicos   |
|  | 2017.20.1.3 Ciclobutanos de dicícl  |
|  | 2017.20.1.4 Oxetas  |
|  | Others  |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.mre.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 001201801230004.

Documento assinado digitalmente conforme MP n.º 2.200-2 de 24/08/2001, que institui o Sistema de Chaves Padrão Brasileira - ICP-Brasil.



5/6

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4996507

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11B12475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral



4290508

**ARTIGO 8º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D798CBAA11812475AE9208296B235403C7845C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral



4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I é Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86583B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral



4956510

convocada.

B/W

**Parágrafo Terceiro -** Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro -** Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo -** As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro -** Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15 -** Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300264796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral



49965511

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alcada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alcada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9AOC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208298B235403C7645C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



4995512

15/11

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:**

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único –** Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

## **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.**

**ARTIGO 18 -** O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único -** Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19 -** A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Primeiro –** Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo –** Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C56883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

  
Bernardo F.S. Benvenuto  
Secretaria Geral



4895513

10/11

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e encriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284796

Protocolo: D020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C618477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



4996514

- VV
- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal do balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
  - d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;
  - e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
  - f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
  - g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alcada; e
  - i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO,  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

**ARTIGO 24** – O exercício social terá inicio em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C618477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral



4996518

de março de 1967.

19/4

## XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo 1 à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

**JOSE ISMAR ALVES TORRES**  
**DIRETOR PRESIDENTE**

HÉLIO BITTON RODRIGUES  
DIRETOR

**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº110. 916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINA MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA  
OAB/SP 111.807



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

**Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo**

Nome do(a) Examinado(a): Jose Andson Evaristo Santos  
Endereço do(a) Examinado(a): Povoado Lagoa Santos II, Rua A, S/N  
Identificação – Órgão Emissor / UF / Número: [ SSP / SE ] 3.516.429-8  
Data local do exame: [ 11/12/2014 ] Aracaju [ SE ]

**Resultado da Avaliação Médica**

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

**TRAUMA DE FACE COM FERIMENTOS.**

**NO EXAME FÍSICO FOI EVIDENCIADO FACE ASSIMÉTRICA, PRESENÇA DE CICATRIZ CIRÚRGICA NA REGIÃO FRONTAL, SUPERCÍLIO E LATERAL DA ÓRBITA À ESQUERDA, DOR À PALPAÇÃO, ARTICULAÇÃO TEMPORO MANDIBULAR COM DOR E CREPITAÇÃO À ESQUERDA.**

- a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

Sim       Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(\*)), se necessário

- b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

Sim       Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(\*))

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.

**O PERICIADO FOI ADMITIDO NO HOSPITAL EM 21/09/2014 E RECEBEU ALTA NO MESMO DIA. O QUADRO FOI TRATADO COM TRATAMENTO CONSERVADOR DO TRAUMA E SUTURA DOS FERIMENTOS, EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL.**

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

Sim       Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

**RESTRIÇÃO DA ABERTURA DA BOCA. LIMITAÇÃO FUNCIONAL RESIDUAL DA FACE.**

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

- a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).

"Vítima em tratamento"

"Sem sequela permanente"

Esta avaliação médica deve ser repetida em      dias

(Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de

trânsito que não sejam suscetíveis de amenização  
proporcionada por qualquer medida terapêutica)

"Exame não permite conclusão"

Vide motivo do impedimento no campo das observações

- b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

Região Corporal (Sequela):

**FACE**

% do dano:  10% residual  25% leve  
 50% médio  75% intensa  100% completo

% do dano:  10% residual  25% leve  
 50% médio  75% intensa  100% completo

Região Corporal (Sequela):

Região Corporal (Sequela):

% do dano:  10% residual  25% leve  
 50% médio  75% intensa  100% completo

% do dano:  10% residual  25% leve  
 50% médio  75% intensa  100% completo

- c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (\*).

Total = "100% da IS"

V. (\*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Assinatura d(a)o Médico(a) Examinador(a)  
Carimbo com Nome e CRM

*Manoel Otacilio Nascimento Junior*  
Manoel Otacilio Nascimento Junior  
Clínica e Auditoria Médica  
CRM 1827

# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 17/12/2014

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.350,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

BANCO: 047

AGÊNCIA: 00022

CONTA: 00001015026-0

---

Nr. da Autenticação 60C7A0DDCA26EBAB

# PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

## DADOS DO SINISTRO

**Número:** 2014927814      **Cidade:** Umbaúba      **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS      **Data do acidente:** 21/09/2014      **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

## PARECER

**Diagnóstico:** TRAUMA DE FACE COM FERIMENTOS.

**Descrição do exame médico pericial:** RESTRIÇÃO DA ABERTURA DA BOCA. LIMITAÇÃO FUNCIONAL RESIDUAL DA FACE.

**Resultados terapêuticos:** O PERICIADO FOI ADMITIDO NO HOSPITAL EM 21/09/2014 E RECEBEU ALTA NO MESMO DIA. O QUADRO FOI TRATADO COM TRATAMENTO CONSERVADOR DO TRAUMA E SUTURA DOS FERIMENTOS, EVOLUIU COM ESTABILIZAÇÃO DAS LESÕES DO PONTO DE VISTA MÉDICO LEGAL.

**Sequelas permanentes:** DANO RESIDUAL EM ESTRUTURAS CRÂNIO-FACIAIS

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 11/12/2014

**Conduta mantida:**

**Observações:**

**Médico examinador:** Manoel O Nascimento Jr

**CRM do médico:** 1827

**UF do CRM do médico:** SE

## DANOS

| <b>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</b>  | <b>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</b> | <b>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</b> | <b>% Apurado</b>    | <b>Indenização pelo dano</b> |
|---|---|---|---------------------|------------------------------|
| Facial, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, | 100 %   | Em grau residual - 10%                                      | 10 %                | R\$ 1.350,00                 |
| <b>Total</b>  |   | <b>10 %</b>   | <b>R\$ 1.350,00</b> |                              |

## PRESTADOR

SAUDESEG Sistemas de Saude Ltda.

**Médico revisor:** MARCUS VINICIUS CARVALHO FREIRE

**CRM do médico:** 21102

**UF do CRM do médico:** PE

**Assinatura do médico:**





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

17/09/2019

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da contestação e documentos juntados aos autos pelo requerido, se houver, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

07/10/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor JULIANA TRAUTWEIN CHEDE (52880-PR) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20191007155804350 às 15:58 em 07/10/2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



## EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO EXPEDIENTE CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE

Autos n.º 201770001714

**JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS**, parte já qualificada nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente qualificada, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DA CONTESTAÇÃO** pelos fatos e fundamentos adiante aduzidos:

### I. SÍNTESE DOS FATOS

A parte autora foi vítima de acidente de trânsito em 21/09/2014, conforme documentos em anexo o que resultou em incapacidade permanente, motivo pelo qual pretende ser indenizada.

Ressalta-se que a parte autora acredita que o valor do seguro DPVAT recebido administrativamente encontra-se fora dos parâmetros estipulados como correto pela Lei 6.194/74, inclusive pela tabela que determina a forma de cálculo imposta pela Lei nº 11.945/09.

Ademais, a parte autora entende ser devida correção sobre o valor pago desde a data do acidente até o efetivo pagamento. O assunto em questão, ou seja, a *ratio decidendi* em questão apontada, foi objeto de julgamento em Recurso Repetitivo (IRDR) e, portanto, é **precedente obrigatório** a ser seguido - RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.620 - SC (2014/0245497-6).

### II. DA AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML - PRESCINDÍVEL

Insurge-se o requerido que a presente ação deve ser extinta em razão da ausência do laudo do IML, pois afirma que o referido documento é imprescindível para resolução da lide.

Entretanto, diante da possibilidade de dilação probatória no curso da demanda, resta claro que o laudo do IML não é documento indispensável à propositura da ação de indenização do seguro DPVAT. Sendo certo que, vários são os meios de prova que nosso ordenamento jurídico coloca à disposição das partes para que possa ser feita a comprovação dos fatos alegados.

Assim, não se justifica o indeferimento da petição inicial pela ausência do Laudo do IML, eis que o caput do art. 5º da Lei nº 6.194 /74 exige apenas a prova do acidente e do dano decorrente do mesmo.

### III. DA COMPROVAÇÃO DO SINISTRO

Alega a requerida a inexistência de nexo causal para propositura da ação, todavia, vale lembrar que Prontuário e B.O comprovam o acidente e o dano recorrente, **tanto comprovam, que foi efetuado o pagamento na esfera administrativa**. Embora, não tenha sido feito corretamente, não exclui a comprovação de que houve sinistro, com vítima.

Nesse sentido, a análise da lesão, em grau, sequela e extensão só poderá ser realizada pelo perito, pois ele que possui conhecimento técnico para apurar essa informação.

Portanto, não há motivo para desconsiderar esses documentos, nem como se basear neles para julgar improcedente a demanda.

### IV. DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL- COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ

No presente processo, é imprescindível a realização de **perícia médica** tendo em vista o acidente sofrido pela parte autora. Porém, destaca-se que o autor é beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita. Sendo assim, a perícia deverá ser realizada pelo IML/IMESC ou que seja determinada a dinamização do ônus da prova (CPC, art. 373, §1º) com custas da perícia pela ré.

Neste sentido tem-se decidido:

**Apelação nº 1020825-83.2016.8.26.0196** Apelação - Ação de cobrança de seguro obrigatório - (DPVAT) Incapacidade permanente parcial reconhecida. Honorários. A indenização do seguro obrigatório é devida segundo o grau de invalidez que acomete a vítima, o que só é constatável após a realização de perícia médica, razão pela qual o fato de a apuração feita pelo Auxiliar do Juízo não ter correspondido ao percentual de incapacidade apontado na inicial não induz à sucumbência mínima ou recíproca. Sendo assim, arcará tão somente a seguradora com o pagamento das verbas sucumbenciais. Apelação provida. (TJ/SP)

Diante disso, requer a expedição de ofício para que seja designada a data da perícia para averiguar as sequelas e o grau de invalidez da parte autora decorrente do acidente sofrido ou determinada a dinamização do ônus da prova (CPC, art. 373, §1º).

### IV. I. ÔNUS PROBATÓRIO

O direito à produção de prova é, inclusive, matéria constitucional, garantindo, assim, plena ampla defesa (CF, art. 5º, LV e XXXV). Destaca-se que há uma nítida **relação de consumo** entre autor e ré e, desde modo, requer a **inversão**



**do ônus probatório** diante da verossimilhança das alegações e notória hipossuficiência da parte autora.

Tendo em vista o princípio da economia processual, requer a inversão do ônus probatório ou dinamização do ônus da prova (CPC, art. 373, §1º) e intimação para a ré arcar com custas de perícia, sob pena de suportar os efeitos da não realização da prova, ou seja, aceitar que o autor tem 100% de sequela.

Neste sentido STJ:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. COBERTURA PELO FCVS. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.** ART. 6º, VIII, DA LEI 8.078/90. ADIANTAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS. 1 "A simples inversão do ônus da prova, no sistema do Código de Defesa do Consumidor, não gera a obrigação de custear as despesas com a perícia, embora sofra a parte ré as consequências decorrentes de sua não produção.(...) Resp. 1073688 / MT

Na linha da jurisprudência da Corte, a **inversão do ônus** da prova, deferida nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não significa transferir para a parte ré o **ônus do pagamento dos honorários do perito, embora deva arcar com as consequências de sua não produção.** REsp 651632 / BA

É sabido que o IML ou IMESC demoram na realização do exame e entrega do laudo, então não teria sentido a ré se beneficiar dessa demora se há na lei meios para proporcionar maior eficácia e celeridade processual.

Aproveitando o momento efervescente de entrada do Novo CPC, traz ele a possibilidade de **dinamização do ônus da prova**<sup>1</sup>, que no presente caso seria extremamente pertinente.

Poderá o juiz *inverter o ônus da prova quando diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo.* Afirma ainda que não há uma ameaça trazida pelo ônus da prova, apenas

---

1 Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - Ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - Ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

§ 2º A decisão prevista no § 1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

§ 3º A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando:

I - Recair sobre direito indisponível da parte;

II - Tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

§ 4º A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada antes ou durante o processo. (grifo nosso)

uma presunção relativa nos termos do art. 400, I do CPC/2015<sup>2</sup>, que o demandado, então, teria apenas no máximo um risco ou ameaça por conta da inversão.

Deste modo, entendendo pela inversão do ônus da prova (ou **dinamização**), que determine prova pericial médica com médica indicado por Vossa Excelência, **sendo de responsabilidade do réu o pagamento das custas, sob pena e aceitar como verdadeira as afirmações da parte autora, ou seja, sequela máxima.**

## V. CORREÇÃO DO ACIDENTE. RESP Nº 148362/SC E SÚMULA

O valor do seguro deve ser corrigido, em princípio, desde o acidente, conforme pacífico entendimento do STJ após audiência pública e decisão proferida no **REsp nº 148362/SC**. Destaca-se que o tema segue, inclusive, sumulado de acordo com súmula 580 do mesmo órgão<sup>3</sup>.

Deste modo, requer seja seguida a orientação do STJ sobre o tema, respeita, inclusive **o art. 927, III e IV do CPC/2015<sup>4</sup>**.

Neste sentido Prequestiona também a aplicação do art. 489, §1º, inciso IV do CPC<sup>5</sup>, pois aponta o Recorrente precedente do STJ. Não acolhendo este argumento, que o nobre juiz aponte os motivos de não seguir o precedente do STJ e, assim, faça com a devida fundamentação com o devido ***distinguishing***.

## VI. DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

A autora esclarece que os honorários de sucumbência devem ser fixados em 20%, considerando-se todo o trabalho e o grau de complexidade em torno do dado processo. Porém, se o valor da causa for irrisório, a ré deverá ser condenada ao pagamento de um valor fixo.

2Art. 400. Ao decidir o pedido, o juiz admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte pretendia provar se: I - o requerido não efetuar a exibição nem fizer nenhuma declaração no prazo do art. 398;

3 Súmula 580 A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.

4 Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV - Os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

5 Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

IV - Não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

Portanto, a parte autora reitera os pedidos feitos na inicial, e requer que a ré seja condenada ao pagamento de honorários em 20% do valor da condenação, ou ao pagamento de R\$ 1.500,00 de honorários (verba de caráter alimentar, **CPC/2015, art. 85, §14<sup>6</sup>**) (**CPC/2015, art. 85, §8<sup>7</sup>**), caso a causa seja de valor inestimável.

## VII. DOS PEDIDOS

- a) A **designação de perícia** para averiguar o grau de invalidez que decorreu de acidente automobilístico sofrido pela autora – vide fundamentos sobre ônus probatório (**dinamização ou inversão do ônus probatório**)
- b) Ao final, o julgamento totalmente procedente dos pedidos formulados na exordial.
- c) **Os honorários advocatícios em grau máximo<sup>8</sup>**, por ser lídima expressão de Justiça.
- d) Reitera o pedido de correção, além dos **pedidos alternativos** de correção monetária.
- e) Requer ainda, que todas as intimações, **art. 106 CPC/2015**, devem ser encaminhadas para **Juliana Trautwein Chede, OAB/SE 1026-A**, advogada devidamente constituída, endereço impresso do rodapé e recebe intimações pelo D.J. Para efeitos do disposto no artigo 9º, II, §2º da Lei 8.906/94, o advogado responsável pelo andamento processual é **Juliana Trautwein Chede**.

<sup>6</sup>§ 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

<sup>7</sup> EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.500 - PR (2015/0171922-0)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR FIXO. EMBARGOS ACOLHIDOS. Razão assiste à parte embargante, devendo, pois, ser acolhidos os embargos declaratórios. Em nova análise dos autos, verifico que o percentual de 15% sobre o valor da condenação não remunera dignamente o advogado da parte por ser irrisório devido ao baixo valor da condenação. Por essa razão, com base na jurisprudência desta Corte, fixo os honorários em R\$ 1.000,00 (mil reais). Ante o exposto, acolho os presentes embargos de declaração para, suprindo o vício suscitado, fixar os honorários advocatícios em R\$ 1.000,00 (mil reais), exclusivamente em favor da parte recorrente.

8 A fixação do percentual de honorários incumbe ao magistrado e está regulamentada pelo artigo 20 e seguintes do CPC. Além do mais, em conformidade com a jurisprudência: “O disposto no art. 11 da Lei 1.060/50 não está mais em vigor depois da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), cujo art. 22, § 1º, regulou a matéria e atribuiu a fixação de honorários ao juiz da causa, de acordo com a tabela previamente organizada” (STJ - 4ª Turma, REsp 140.560-SP, rel. Min. Ruy Rosado, j. 7.5.98, não conheceram, v.u., DJU29.6.98, p. 194).

Ainda neste sentido: “A regra do art. 11, § 1º, da Lei n. 1.060/50, deixou de subsistir a partir do momento em que se institui na lei processual civil o sistema da sucumbência. Precedentes das 3ª e 4ª Turmas do Tribunal” STJ - 4ª Turma, REsp 70.333-RS, rel. Min. Barros Monteiro, j. 23.4.96, não conheceram, v.u., DJU 3.6.98). Nestes termos, devem ser majorados os honorários advocatícios em valor máximo.

- f) Requer, nos termos do art. 489, §1º, inciso VI, do CPC/2015, não acolhendo Vossa Excelência esse precedente, que fundamente seu motivo fazendo o devido *distinguishing*.
- g) Requer, nos termos do art. 489, §1º, inciso V, do CPC/2015, não acolhendo Vossa Excelência esse precedente, que fundamente com o propósito de identificar os fundamentos determinantes (*ratio decidendi*), afastando, assim, se for o caso, os precedentes citados – art. 927 e 926 do CPC.
- h) Fundamente nos termos do RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.620 - SC (2014/0245497-6) – IRDR e precedente obrigatório - reconhecendo a incidência de correção com termo a quo do evento danoso.

Pede deferimento  
Londrina, segunda-feira, 7 de outubro de 2019.

**Juliana Trautwein Chede**  
(*Resp. Est.*)  
OAB/SE 1026-A

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**  
(*Resp.*)  
OAB/PR 48.250

**Rafael Souza da Silva**  
(*Elab.*)  
Acadêmico de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

08/10/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

23/11/2019

**MOVIMENTO:**

Decisão

**DESCRÍÇÃO:**

DESPACHO R. Hoje. Nos moldes do art. 357 do NCPC, passo a sanear o feito. O requerido apresentou contestação em 12/09/2019, momento em que pugnou pela total improcedência da presente Ação. Réplica em 07/10/2019. Inexistindo questões processuais pendentes, FIXO o ponto controvertido: o grau de invalidez do autor em razão do acidente automobilístico sofrido em 21/09/2014. Declaro saneado o processo. Analisando os autos nesta data, entendo que a realização de perícia médica é necessária para o deslinde do feito, com o fito de averiguar o grau da lesão corporal suportada pelo (a) demandante. Assim, designo perícia ortopédica, fixando os honorários periciais em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), em respeito ao convênio n. 21/2018, firmado entre o Tribunal de Justiça deste Estado e a Seguradora Líder. Nomeio o perito Paulo Cândido de Lima Junior, residente na Av. Gonçalo Prado Rollemburgue, 460, Prontoclínica, São José, Aracaju/SE, devendo a secretaria manter contato para saber se ele aceita o múnus, bem como, em caso positivo, informar local, dia e horário para realização da perícia. Deverá o perito responder aos quesitos abaixo formulados pelo órgão julgador e aos eventualmente indicados pelas partes. Com o aceite do perito e informados local, dia e horário da perícia, intimem-se as partes para que tomem ciência. Não havendo impugnação, no prazo de 10 (dez) dias, deve a Secretaria intimar as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso queiram. Outrossim, deve, em igual prazo, o requerido depositar em conta judicial, mediante guia, os honorários periciais. Após, providencie a secretaria a disponibilização dos quesitos formulados e os documentos necessários à realização da perícia, determinando o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data designada para a perícia, para o perito enviar a este Juízo o respectivo PARECER TÉCNICO. Apresentado o laudo, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se. Após, volvam os autos conclusos. QUESITOS DO JUÍZO: 1. Se o autor é acometido por lesão corporal. 2. Em caso de resposta positiva ao item anterior, qual a lesão e o seu grau: total (100%); intensa (75%); média (50%); leve (25%); residual (10%)? 3. Considerando o grau da lesão, qual o valor da indenização, levando-se em consideração a tabela de gradação para o pagamento do seguro DPVAT, nos termos do anexo da Lei 6.194/74, alterada pela lei 11.945/09. 4. Deve o perito apresentar as considerações que reputar pertinentes.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

---

Movimento: Decisão >> Saneamento

**DESPACHO**

R. Hoje.

Nos moldes do art. 357 do NCPC,**passo a sanear o feito.**

O requerido apresentou contestação em 12/09/2019, momento em que pugnou pela total improcedência da presente Ação.

Réplica em 07/10/2019.

Inexistindo questões processuais pendentes, **FIXO o ponto controvertido: o grau de invalidez do autor em razão do acidente automobilístico sofrido em 21/09/2014.**

**Declaro saneado o processo.**

Analizando os autos nesta data, entendo que a realização de perícia médica é necessária para o deslinde do feito, com o fito de averiguar o grau da lesão corporal suportada pelo (a) demandante. Assim, designo perícia ortopédica, fixando os honorários periciais em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), em respeito ao convênio n. 21/2018, firmado entre o Tribunal de Justiça deste Estado e a Seguradora Líder.

Nomeio o perito Paulo Cândido de Lima Junior, residente na Av. Gonçalo Prado Rollemburgue, 460, ProntoClínica, São José, Aracaju/SE, devendo a secretaria manter contato para saber se ele aceita o múnus, bem como, em caso positivo, informar local, dia e horário para realização da perícia.

Deverá o perito responder aos quesitos abaixo formulados pelo órgão julgador e aos eventualmente indicados pelas partes.

Com o aceite do perito e informados local, dia e horário da perícia, intimem-se as partes para que tomem ciência.

Não havendo impugnação, no prazo de 10 (dez) dias, deve a Secretaria intimar as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso queiram. Outrossim, deve, em igual prazo, o requerido depositar em conta judicial, mediante guia, os honorários periciais.

Após, providencie a secretaria a disponibilização dos quesitos formulados e os documentos necessários à realização da perícia, determinando o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data designada para a perícia,



para o perito enviar a este Juízo o respectivo PARECER TÉCNICO. Apresentado o laudo, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se. Após, volvam os autos conclusos.

#### QUESITOS DO JUÍZO:

- 1. Se o autor é acometido por lesão corporal.**
- 2. Em caso de resposta positiva ao item anterior, qual a lesão e o seu grau: total (100%); intensa (75%); média (50%); leve (25%); residual (10%)?**
- 3. Considerando o grau da lesão, qual o valor da indenização, levando-se em consideração a tabela de gradação para o pagamento do seguro DPVAT, nos termos do anexo da Lei 6.194/74, alterada pela lei 11.945/09.**
- 4. Deve o perito apresentar as considerações que reputar pertinentes.**



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO ALCANTARA DE OLIVEIRA ARAUJO**, Juiz(a) de Itabaianinha, em 23/11/2019, às 12:28:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019003009571-03**.





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

29/11/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Processo: 201770001714

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ITABAIANINHA, 28 de novembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

02/12/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor JULIANA TRAUTWEIN CHEDE (52880-PR) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20191202091800626 às 09:18 em 02/12/2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO EXPEDIENTE CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE

Autos n.º 201770001714

**JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS**, parte já qualificada nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente qualificada, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** pelos fatos e fundamentos adiante aduzidos:

### I. RAZÃO DOS EMBARGOS

Dispõe o Código de Processo Civil que caberá Embargos de Declaração nas seguintes hipóteses. Vejamos:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

- I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
- II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
- III - corrigir erro material.

Assim, destaca-se que o Nobre Julgador ao delimitar os pontos controvertidos **não se pronunciou sobre o pedido de correção** feito pelo autor em petitório inicial. Pois assim fez constar nos pedidos:

c) **Ao final seja declarado o direito do autor em ter devidamente atualizado e corrigido o valor do seguro devido de R\$ 13.500,00** (na proporção do valor recebido) desde o acidente (REsp 1.483.620/SC) até o pagamento do seguro ou que o valor seja corrigido desde a negativa da seguradora (30 dias após o protocolo administrativo); Nos termos do art.326 do CPC/2015, subsidiariamente (pedido alternativo), seja a correção determinada desde 29/12/2006, data da entrada em vigor da MP 340/2006, pelo índice INPC/IBGE.

Dessa forma, tendo em vista que houve debate sobre o cabimento ou não da correção monetária conforme determinado no REsp 1.483.620, **deve ser delimitado como ponto controvertido a ser analisado no momento de resolução do mérito.**

## II. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) que seja os presentes **embargos acolhidos em caráter infringente**. Após manifestação da ré (art. 1.023, § 2.º,) que seja dado total provimento;
- b) que não entendo como desnecessária a delimitação do pedido de correção como ponto controvertido, que Vossa Excelência fundamente sua decisão nos termos do art. 489, § 1.º.

Pede deferimento  
Londrina, segunda-feira, 2 de dezembro de 2019.

**Juliana Trautwein Chede**  
(*Resp. Est.*)  
OAB/SE 1026-A

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**  
(*Resp.*)  
OAB/PR 48.250

**Rafael Souza da Silva**  
(*Elab.*)  
Acadêmico de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

02/12/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor JULIANA TRAUTWEIN CHEDE (52880-PR) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20191202092300658 às 09:23 em 02/12/2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO EXPEDIENTE CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE

Autos n.<sup>o</sup> 201770001714

**JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS**, parte já qualificada nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, informar e requerer o que abaixo se segue:

### I. DOS QUESITOS

Abaixo os quesitos para a perícia médica para que possa averiguar as sequelas advindas do acidente de trânsito:

*Quesitos para Perícia:*

- a) *Na data da realização da perícia judicial, o examinado apresenta sequelas advindas do acidente de trânsito, quais? Guardam estas sequelas nexo causal com o acidente?*
- b) *Em um conceito cível de apuração de invalidez permanente, sem critérios previdenciários ou penais, o examinado apresenta invalidez permanente de membro, sentido ou função, a invalidez permanente é total ou parcial?*
- c) *De acordo com a Tabela para Cálculo de Percentuais de Indenização em Caso de Invalidez Permanente por Acidente - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres,*

*ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não – Medida Provisória 451/2008, qual o percentual da invalidez do examinado?*

- d) *Como o DPVAT não apura quaisquer aspectos de redução de capacidade laborativa, mas apenas sequelas que enquadram na tabela da Medida provisória 451/2008, qual o grau de invalidez decorrente do acidente, tendo com parâmetro única e exclusivamente a tabela abaixo?*
- e) *Na remota hipótese de não apurar invalidez permanente parcial, afirma o perito categoricamente que não há nem sequela residual de 10% do percentual da tabela (vide tabela e lei abaixo), lembrando que o residual são sequelas de pouca relevância, porém são sequelas tendo em vista que o examinando embora com pouca sequela tenha sequela de pouca relevância.*

Desta forma requer, portanto, que o perito elabore o laudo pericial respondendo os quesitos descritos anteriormente.

Termos em que pede deferimento.

Londrina, segunda-feira, 2 de dezembro de 2019.

**Juliana Trautwein Chede**

*(Resp. Est.)*

OAB/SE 1026-A

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**

*(Resp.)*

OAB/PR 48.250

**Rafael Souza da Silva**

*(Elab.)*

Acadêmico de Direito

## ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974).

| Danos Corporais Totais<br>Repercussão na Integra do Patrimônio Físico  | Percentual da Perda    |
|--|------------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores   | 100                    |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés  |                        |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior  |                        |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral   |                        |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfíncteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica.   |                        |
| Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital. |                        |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)<br>REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES  | Percentuais das Perdas |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos  | 70                     |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores   |                        |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés  |                        |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar.  | 25                     |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo.   |                        |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão   | 10                     |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé   |                        |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)<br>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais   | Percentuais das Perdas |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho   | 50                     |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral  | 25                     |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço  | 10                     |

MP – 451/2008 – Art. 20.

*I - Quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo à indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

*II - Quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica “ou funcional na forma prevista no inciso anterior, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de sequelas residuais.*





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

02/12/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Expedimos o mandado/Perito: 201970010794 (Aguardando conferência/assinatura).

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

02/12/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Face ao Embargos de declaração juntado em 02/12/2019 09:43:45, interpostos tempestivamente.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

02/12/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201970010794 do tipo Intimação Perito (nomeação data e local da perícia) [TM844,MD1779]  
<br/><br/> {Destinatário(a): Paulo Cândido de Lima Junior}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Itabaianinha  
Rua Francisco Severo, Nº 228  
Bairro - Centro Cidade - Itabaianinha  
Cep - 49290-000 Telefone - (79)3544-1100

Normal(Justiça Gratuita)



201970010794

PROCESSO: 201770001714 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0001630-23.2017.8.25.0035  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)**, da sua nomeação como perito e da data da perícia.

**Local e hora da Perícia:** Intimar o perito nomeado por esse juízo, Paulo Cândido de Lima Junior, residente na Av. Gonçalo Prado Rollemborgue, 460, Prontoclínica, São José, Aracaju/SE, para dizer se ele aceita o múnus, bem como, em caso positivo, informar local, dia e horário para realização da perícia.

**Data para apresentação do laudo até o dia:** 15 (quinze) dias após a realização da perícia.

#### Observação:

Atenciosamente,

#### Ilmº (a) Sr(a)

**Nome** : Paulo Cândido de Lima Junior  
**Residência** : Avenida Gonçalo Prado Rolemborg, PROTOCLÍNICA, 460  
**Bairro** : São José  
**Cep** : 49015230  
**Cidade** : Aracaju - SE - SE

[TM844, MD1779]



Documento assinado eletronicamente por **JOAO FONTES LEITE FILHO, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Itabaianinha**, em 02/12/2019, às 10:46:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019003077180-03**.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

12/12/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Comprovante de Entrega Carta nº 201970010794, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido<br/><br/>{Destinatário(a): Paulo Cândido de Lima Junior}

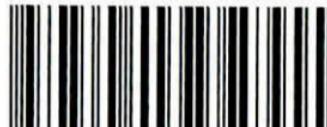
**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe  
Itabaianinha  
Rua Francisco Severo, Nº 228  
Itabaianinha - SE



201970010794



Correios CE

COMPROVAÇÃO DE ENTREGA  
REMESSA LOCAL

UNIDADE e  
DATA DE POSTAGEM



DESTINATÁRIO

Paulo Cândido de Lima Junior  
Avenida Gonçalo Prado Rolemberg nº 460, PROTOCLÍNICA. São  
José.  
49015230 - Aracaju - SE



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE  
Nucleo de Postagem - 2º Grau  
Palacio da Justiça, 112, Bairro Centro  
49010903 - Aracaju/SE

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

2º \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

3º \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

Referente ao processo de nro. 201770001714 (Físico).

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros: _____         |  |

RUBRICA E MATRÍCULA DO  
CARTEIRO

*Juliana Ribeiro de Vasconcelos Dias*  
Carteiro  
Mat. 8.035.692-1

Informação prestada pelo porteiro ou síndico.  Reintegrado ao Serviço Postal em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

ASSINATURA DO RECEBEDOR

p. 140

*Juliana Ribeiro*

NOME DE LEGÍVEL DO RECEBEDOR

*JULIANA RIBEIRO*

DATA DE ENTREGA

06/12/19





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

19/12/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Depósito Judicial nº 191211092429029 do BANESE referente a Pagamento do Débito, ocorrido em 18/12/2019, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA.<br/><br/>{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## Informações do depósito da conta judicial: 31288024281 - Parcela: 1

Banco - BANESE

---

|                                |  |
|--------------------------------|--|
| <b>CPF/CNPJ do depositante</b> | 09.248.608/0001-04                               |
| <b>Nome do depositante</b>     | SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA |
| <b>ID da guia</b>              | 1130291  |
| <b>Origem</b>                  | Interligação                                     |
| <b>Data do depósito</b>        | 18/12/2019                                       |
| <b>Forma de recolhimento</b>   | DINHEIRO   |
| <b>Valor do depósito</b>       | 250,00   |



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

13/02/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Resposta do perito Paulo Cândido de Lima Junior em anexo. <br/> Juntada de Outros Documentos<br/>.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não

Aracaju, 28 de Janeiro de 2020

Ao Excelentíssimo Sr (a) Juiz de Direito,

Eu, Paulo Cândido de Lima Júnior, médico, CRM-SE 3726, venho por meio desta, informar que não poderei realizar a perícia do senhor José Anderson Evaristo Santos, processo 201770001714, pois não faço mais parte do quadro de peritos do Tribunal de Justiça de Sergipe, por mudança de endereço para outro Estado, não tendo como cumprir com esta função neste Tribunal.

Sem mais;

---

Paulo Cândido de Lima Júnior (CRM 3726)

Médico Perito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

19/02/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Processo: 201770001714

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo.**

Termo em que,  
Pede Juntada.

ITABAIANINHA, 26 de dezembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/SE 780-A

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
2592 - OAB/SE

## Guia - Ficha de Compensação

|   |                                 |   |  |
|---|---------------------------------|---|--|
| <b>Nº DA PARCELA</b>  | <b>DATA DO DEPÓSITO</b>         | <b>AGÊNCIA (PREF / DV)</b>                    | <b>Nº DA CONTA JUDICIAL</b>              |
|   | 17/12/2019                      | 0   | 0  |
| <b>DATA DA GUIA</b><br>17/12/2019   | <b>Nº DA GUIA</b><br>2641202    | <b>Nº DO PROCESSO</b><br>00016302320178250035 | <b>TIPO DE JUSTIÇA</b><br>ESTADUAL       |
| <b>UF/COMARCA</b><br>SE   | <b>ORGÃO/VARA</b><br>Vara Cível | <b>DEPOSITANTE</b><br>RÉU                     | <b>VALOR DO DEPÓSITO (R\$)</b><br>250,00 |
| <b>NOME DO RÉU/IMPETRADO</b><br>SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A |                                 | <b>TIPO DE PESSOA</b><br>Jurídica             | <b>CPF / CNPJ</b><br>09248608000104      |
| <b>NOME DO AUTOR / IMPETRANTE</b><br>JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS                    |                                 | <b>TIPO DE PESSOA</b><br>FISÍCA               | <b>CPF / CNPJ</b><br>05985687511         |
| <b>AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA</b><br>AAE2F313ED637281                                  |                                 |   |  |
| <b>CÓDIGO DE BARRAS</b><br>04791.59097 00001.601137 02915.047316 8 81200000025000   |                                 |   |  |

## Guia - Ficha de Compensação

|   |                                       |   |   |
|---|---------------------------------------|---|---|
| <b>Nº DA PARCELA</b>  | <b>DATA DO DEPÓSITO</b>               | <b>AGÊNCIA (PREF / DV)</b>                    | <b>Nº DA CONTA JUDICIAL</b>               |
|   | 15/01/2020                            | 0   | 0   |
| <b>DATA DA GUIA</b><br>15/01/2020   | <b>Nº DA GUIA</b><br>2627721          | <b>Nº DO PROCESSO</b><br>00351691420198250001 | <b>TIPO DE JUSTIÇA</b><br>ESTADUAL        |
| <b>UF/COMARCA</b><br>SE   | <b>ORGÃO/VARA</b><br>Vara de Trânsito | <b>DEPOSITANTE</b><br>RÉU                     | <b>VALOR DO DEPÓSITO (R\$)</b><br>1850,00 |
| <b>NOME DO RÉU/IMPETRADO</b><br>SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A |                                       | <b>TIPO DE PESSOA</b><br>Jurídica             | <b>CPF / CNPJ</b><br>09248608000104       |
| <b>NOME DO AUTOR / IMPETRANTE</b><br>JOAO PAULO DE JESUS                            |                                       | <b>TIPO DE PESSOA</b><br>FISÍCA               | <b>CPF / CNPJ</b><br>81586108549          |
| <b>AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA</b><br>E3560B8612E9E462                                  |                                       |   |   |
| <b>CÓDIGO DE BARRAS</b><br>04791.59097 00001.601152 39842.047829 2 81490000185000   |                                       |   |   |



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

04/03/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

DESPACHO Em respeito ao disposto no § 2º do artigo 1.023 do CPC, DETERMINO a intimação da parte Requerente/Embargada para, em 5 (cinco) dias, querendo, manifestar-se quanto ao teor dos embargos opostos às fls. 127/128 dos autos. Findo o prazo supra, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam-me conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035

Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

**DESPACHO**

Em respeito ao disposto no § 2º do artigo 1.023 do CPC, **DETERMINO** a intimação da parte Requerente/Embargada para, em 5 (cinco) dias, querendo, manifestar-se quanto ao teor dos embargos opostos às fls. 127/128 dos autos.

**Findo o prazo supra, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam-me conclusos.**



Documento assinado eletronicamente por **CAMILO CHIANCA DE OLIVEIRA AZEVEDO, Juiz(a) de Itabaianinha, em 04/03/2020, às 20:41:30**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000499547-28**.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

16/03/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Contrarrazões realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

**Processo:** 201770001714

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A,** empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar suas

#### **CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

mediante as razões de direito adiante articuladas:

Inconformado com a decisão, interpôs o presente visando a reformada da decisão.

#### **USO REGULAR DO PODER ESTATAL**

#### **DO SISTEMA DE FREIO E CONTRAPESOS**

Assinale-se, aliás, que a fixação de valores em reais para as indenizações do Seguro DPVAT foi uma opção legislativa, que, no uso regular das competências dos Poderes Executivo e Legislativo, julgou conveniente promover alterações no modelo anterior, no qual os valores das indenizações eram calculados em múltiplos do salário mínimo.

Da sistemática estabelecida pela Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07, depreende-se que a fixação de valores em moeda corrente, em substituição aos múltiplos do salário mínimo, é, na realidade, uma opção legislativa em harmonia com o processo de desindexação pelo qual passou a economia brasileira na década de 90.

Com efeito, o e. Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao decidir questão correlata, entendeu que “*não cabe ao Poder Judiciário autorizar a correção monetária da tabela progressiva do imposto de renda prevista na Lei 9.250/1995 ante a ausência de previsão legal que o autorize*”. (RE 388312, Tribunal Pleno, Rel. p/ acórdão: Min. CARMEN LÚCIA, j. 01.08.11, DJ 11.10.11).

Diante do exposto, mostra-se manifesta a impossibilidade de aplicação da correção monetária em hipótese não prevista em lei, o que, em última análise, importa em injustificada limitação ao juízo de oportunidade e conveniência dos órgãos executivos e legislativos na adoção de medidas necessárias à estabilização da economia e às políticas públicas.

Por ter requerido a incidência de cálculo de atualização monetária do valor fixado em reais pelo art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, é flagrante a violação do pedido autoral a esse dispositivo, mormente pelo fato da Lei nº 11.482/07 ter desvinculado o pagamento da indenização de um índice atualização automático (salário mínimo), em conformidade com a política de desindexação de toda a economia.

#### **DA VIOLAÇÃO AO ART. 3º, II, DA LEI Nº 6.194/1974**

O art. 3º, II, Lei nº 6.194/74, com redação dada pela MP 340/06, convertida na Lei 11.482/07, não prevê indexação a um fator de correção monetária aos valores das indenizações do Seguro Obrigatório DPVAT.

Destaca-se que a fixação de tais valores para as indenizações do Seguro DPVAT foi uma opção legislativa, que, no uso regular das competências dos Poderes Executivo e Legislativo, julgou conveniente promover alterações no modelo anterior, no qual os valores das indenizações eram calculados em múltiplos do salário mínimo, não cabendo ao Poder Judiciário dispor de maneira diversa, sob pena de violar a competência do poder Legislativo.

Aliás, a lei é expressa ao determinar que a única hipótese de pagamento de correção monetária se dá com o “não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária” (art. 5º, §7º, da Lei nº 6.494/1974, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007).

Com efeito, o comando inserido no art. 5º, §1º, da Lei 6.194/74, estabelece que as indenizações do Seguro DPVAT deverão ser pagas no prazo de “*30 dias da entrega dos [...] documentos*” elencados na lei. Diante disso, determina o §7º do referido dispositivo legal que apenas “na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária” os valores correspondentes às indenizações do Seguro DPVAT “*sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido*”.

Em outras palavras, no caso do Seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/07, determina, no art. 3º, que a incidência de correção monetária dependerá exclusivamente de atraso imputável à seguradora que descumprir o prazo de 30 dias para o pagamento administrativo da indenização, nos termos do art. 5º, §7º. Assim, tendo a autora pleiteado a indenização pela via administrativa e assim recebido no prazo previsto o valor pleiteado não há que se falar em atraso no pagamento.

Portanto, não se vislumbra, no caso, a única hipótese de incidência de correção monetária do valor estabelecido na Lei nº 6.194/74, razão pela qual deve ser declarada improcedente o pleito autoral nesse ponto, por violação ao art. 3º, II, e ao art. 5º, §7º, ambos da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482, de 31 de maio de 2007.

Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que seja observada a data do ajuizamento da ação para a incidência da correção monetária, nos exatos termos da Lei 6.899/91.

## **CONCLUSÃO**

Desta forma, não de ser acolhido o presente recurso, pois, o julgador não está obrigado a enfrentar todas as questões trazidas pelas partes, quando já encontrou fundamento suficiente tomar a sua decisão final.

Por fim, consoante ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil, o manejo dos Embargos de Declaração condiciona-se indubitavelmente, à presença de obscuridade, contradição ou omissão no julgado, o que não ocorreu *in casu*, sem o que **não lhe impõe o acolhimento**, pois, o recurso em comento não é o meio hábil para modificar o julgado.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ITABAIANINHA, 12 de março de 2020.

**JOÃO BARBOSA  
OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ  
2592 - OAB/SE**



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

18/03/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação da parte requerente.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

18/03/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

23/06/2020

**MOVIMENTO:**

Decisão

**DESCRIÇÃO:**

Posto isso, e pelo que mais consta dos autos, conheço dos embargos de declaração, para negar-lhes provimento. Intimem-se. Tendo em vista a informação de fls. 144, proceda-se novo agendamento.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

---

Movimento: Decisão >> Outras Decisões

## **DECISÃO**

### **Processo nº 201770001714– Embargos de Declaração**

Tratam-se de Embargos de Declaração opostos pelo Autor em face da sentença de fls. 159, alegando nela haver omissão na análise do pedido de repetição de indébito.

#### **É o que importa relatar. Passo a Decidir.**

Como requisito de admissibilidade do recurso dos Embargos de Declaração, apresenta-se a necessidade de que o recorrente indique a presença de omissão, contradição ou obscuridade na decisão farpeada.

O vício imputado à peça jurisdicional deve ser tal que, em tese, a sua simples alegação autorize o conhecimento dos Embargos e, por consequência, o exame do mérito do recurso.

No caso em tela, o recorrente afirma que a decisão é omissa.

Recebo, assim, os Embargos e passo a apreciar a omissão relativa ao pedido de repetição de indébito.

Entendo que a parte autora não faz jus ao pedido de restituição em dobro, visto que não houve nenhum pagamento indevido para que autora mereça ser resarcida.

Assim, diante da ausência de pagamento indevido, resta indeferido o pedido do autor quanto ao pedido de repetição de indébito.

Posto isso, e pelo que mais consta dos autos, **conheçodos** embargos de declaração, **para negar-lhes provimento.**

Intimem-se.

Tendo em vista a informação de fls. 144, proceda-se novo agendamento.



Documento assinado eletronicamente por **ELIEZER SIQUEIRA DE SOUSA JUNIOR, Juiz(a) de Itabaianinha, em 23/06/2020, às 18:14:56**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001143871-67**.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

25/06/2020

**MOVIMENTO:**

Outras Informações

**DESCRIÇÃO:**

Perícia agendada para o dia 05/10/2020 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Leandro Koiti Tomiyoshi - DPVAT.  
Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n Fórum Gumersindo Bessa - Setor de Perícias, Capucho, Aracaju-SE.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

25/06/2020

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Perícia agendada para o dia 05/10/2020 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Leandro Koiti Tomiyoshi - DPVAT.  
Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n Fórum Gumersindo Bessa - Setor de Perícias, Capucho, Aracaju-SE.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

15/07/2020

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Intimar as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, caso queiram. Outrossim, deve, em igual prazo, o requerido depositar em conta judicial, mediante guia, os honorários periciais.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

20/07/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Indicação de Quesitos realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Processo: 201770001714

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a graduação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;

- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ITABAIANINHA, 20 de julho de 2020.

**JOÃO BARBOSA  
OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ  
2592 - OAB/SE**



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

21/07/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Processo: 201770001714

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A,** previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., considerando que a Ré foi novamente intimada a pagar honorários periciais, mesmo já tendo comprovado nos autos, requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo.**

Termo em que,  
Pede Juntada.

ITABAIANINHA, 20 de julho de 2020.

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
2592 - OAB/SE

## Guia - Ficha de Compensação

|   |                                 |   |  |
|---|---------------------------------|---|--|
| <b>Nº DA PARCELA</b>  | <b>DATA DO DEPÓSITO</b>         | <b>AGÊNCIA (PREF / DV)</b>                    | <b>Nº DA CONTA JUDICIAL</b>              |
|   | 17/12/2019                      | 0   | 0  |
| <b>DATA DA GUIA</b><br>17/12/2019   | <b>Nº DA GUIA</b><br>2641202    | <b>Nº DO PROCESSO</b><br>00016302320178250035 | <b>TIPO DE JUSTIÇA</b><br>ESTADUAL       |
| <b>UF/COMARCA</b><br>SE   | <b>ORGÃO/VARA</b><br>Vara Cível | <b>DEPOSITANTE</b><br>RÉU                     | <b>VALOR DO DEPÓSITO (R\$)</b><br>250,00 |
| <b>NOME DO RÉU/IMPETRADO</b><br>SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A |                                 | <b>TIPO DE PESSOA</b><br>Jurídica             | <b>CPF / CNPJ</b><br>09248608000104      |
| <b>NOME DO AUTOR / IMPETRANTE</b><br>JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS                    |                                 | <b>TIPO DE PESSOA</b><br>FISÍCA               | <b>CPF / CNPJ</b><br>05985687511         |
| <b>AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA</b><br>AAE2F313ED637281                                  |                                 |   |  |
| <b>CÓDIGO DE BARRAS</b><br>04791.59097 00001.601137 02915.047316 8 81200000025000   |                                 |   |  |

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**  
**GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA**

**A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo**

**Processo nº.....:** 201770001714

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

|  |                                  |                             |
|--|----------------------------------|-----------------------------|
| Nome do cliente<br>SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO<br>DO SEGURO DPVAT SA | Data de Vencimento<br>31/12/2019 | Valor Cobrado<br>R\$ 250,00 |
| Agência / Código do Cedente<br>015/909000016                           | Nosso Número<br>01130291-5       | Autenticação Mecânica       |

 **Banese | 047-7 | 04791.59097 00001.601137 02915.047316 8 8120000025000**

|   |                       |                     |            |                                     |  |
|---|-----------------------|---------------------|------------|-------------------------------------|--|
| Local de Pagamento<br><b>PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE</b>   |                       |                     |            |                                     | Vencimento<br><b>31/12/2019</b>  |
| Beneficiário<br><b>BANCO DO ESTADO DE SERGIPE</b>   |                       |                     |            |                                     | Agência/Cod Beneficiário<br><b>015/909000016</b>   |
| Data do Documento<br>11/12/2019   | Nº do Documento       | Espécie Doc.        | Aceite     | Data do Processamento<br>11/12/2019 | Nosso Número<br><b>01130291-5</b>  |
| Uso Banco   | Carteira<br><b>CS</b> | Moeda<br><b>R\$</b> | Quantidade | Valor                               | (=) Valor do Documento<br><b>R\$ 250,00</b>  |
| <b>Instruções</b><br>- Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL;<br>- Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo;<br>- Não receber após o vencimento. |                       |                     |            |                                     | (-) Desconto/abatimento<br>(-) Outras deduções<br>(+) Mora/Multa<br>(+) Outros Acréscimos<br>(=) Valor Cobrado |
| Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04  |                       |                     |            |                                     |  |
| SACADOR/AVALISTA  |                       |                     |            |                                     |  |



Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

22/07/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE - 52880}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

**EXCELENTESSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos n.<sup>o</sup> 201770001714

**JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, parte já qualificada nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar e requerer o que abaixo se segue.

**I. DA NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE PASSAGEM DE ÔNIBUS**

O autor é residente na cidade de Itabaianinha/SE, ou seja, 124 KM de distância da comarca onde foi designada a perícia.

Assim, requer-se novo agendamento de perícia a ser realizado na comarca de Aracaju/SE, porém, **faz-se necessário a expedição de passagens (ida e volta) para que a parte autora possa comparecer à perícia.**

O autor tem a faculdade de escolher o próprio domicilio, domicilio do réu ou o local do acidente para a tramitação do processo de cobrança de DPVAT, conforme Súmula 540 do STJ. Desse modo, a parte autora não pode ser prejudicada por exercer seu direito, conforme decisão do TJDFT

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO SEGURITÁRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. PREVALÊNCIA DO FORO ESCOLHIDO PELO CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA FACILITAÇÃO DA DEFESA. CDC, ART. 6º, VIII. REALIZAÇÃO PERÍCIA POR PRECATÓRIA. POSSIBILIDADE. 1. O A JUZAMENTO DE AÇÃO EM SEU PRÓPRIO DOMICÍLIO OU NO DOMICÍLIO DO RÉU É OPÇÃO DO CONSUMIDOR. ASSIM, NÃO PERDE O DIREITO CONSAGRADO NO ARTIGO 6º, INCISO VIII), O HIPOSSUFICIENTE QUE ESCOLHE O LUGAR ONDE A PESSOA JURÍDICA MANTÉM SUA SEDE, POIS A NORMA EM COTEJO SE CONSTITUI EM MERA FACULDADE. 2. NESTE CONTEXTO, VIOLA O PRINCÍPIO DA FACILITAÇÃO DA DEFESA DOS DIREITOS DO



CONSUMIDOR, A DECISÃO QUE INDEFERE A EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA, À COMARCA DE DOMICÍLIO DO AUTOR, MORMENTE QUANTO ESTE É PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJ-DF - AG: 25334820098070000 DF 0002533-48.2009.807.0000, Relator: SANDOVAL OLIVEIRA, Data de Julgamento: 27/05/2009, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: 22/07/2009, DJ-e Pág. 269)

No mais, a necessidade de passagem para comparecimento é justificável em razão da assistência judiciária do autor. Isto é, apenas a dinamização de ônus para que a ré arque com os honorários não é suficiente para realização da prova.

**Não sendo possível a expedição de passagens, a parte autora da mesma forma requer a designação de nova data para o exame**, uma vez que só por meio dessa prova poderá ser julgado o mérito da lide.

**Assim, requer a concessão da passagem a ser retirada pelo autor na rodoviária da comarca onde reside, mediante apresentação de documento com foto.** Alternativamente, a requisição seja disponibilizada nos autos (assinada digitalmente), ficando ao encargo desse mandatário de entregar à parte autora.

## II. DOS QUESITOS

Abaixo os quesitos para a perícia médica para que possa averiguar as sequelas advindas do acidente de trânsito:

*Quesitos para Perícia:*

- a) *Na data da realização da perícia judicial, o examinado apresenta sequelas advindas do acidente de trânsito, quais? Guardam estas sequelas nexo causal com o acidente?*
- b) *Em um conceito cível de apuração de invalidez permanente, sem critérios previdenciários ou penais, o examinado apresenta invalidez permanente de membro, sentido ou função, a invalidez permanente é total ou parcial?*
- c) *De acordo com a Tabela para Cálculo de Percentuais de Indenização em Caso de Invalidez Permanente por Acidente - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não – Medida Provisória 451/2008, qual o percentual da invalidez do examinado?*

- d) *Como o DPVAT não apura quaisquer aspectos de redução de capacidade laborativa, mas apenas sequelas que enquadram na tabela da Medida provisória 451/2008, qual o grau de invalidez decorrente do acidente, tendo com parâmetro única e exclusivamente a tabela abaixo?*
- e) *Na remota hipótese de não apurar invalidez permanente parcial, afirma o perito categoricamente que não há nem sequela residual de 10% do percentual da tabela (vide tabela e lei abaixo), lembrando que o residual são sequelas de pouca relevância, porém são sequelas tendo em vista que o examinando embora com pouca sequela tenha sequela de pouca relevância.*

Desta forma requer, portanto, que o perito elabore o laudo pericial respondendo os quesitos descritos anteriormente.

Nesses termos, pede deferimento.  
Londrina, quarta-feira, 22 de julho de 2020.

**Juliana Trautwein Chede**  
(*Resp. Est.*)  
OAB/SE 1026-A

**Diogo Augusto Sampaio Fuga**  
(*Resp. e Rev.*)  
OAB/PR 95.996

**Gabriel Fernando Souza Lopes**  
(*Elab.*)  
Acadêmico de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

03/08/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Diante da petição juntada em 22/07/2020.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

05/10/2020

**MOVIMENTO:**

Outras Informações

**DESCRIÇÃO:**

'Perícia não Realizada. O periciado compareceu, encaminho para especialista buco-maxilo-facial.{Mov. Gerado pelo Módulo de Perícia}'

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

13/10/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE - 52880}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINA/SE**

Autos nº 201770001714

**JOSE ANDERSPM EVARISTO SANTOS**, parte já qualificado nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificadas, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

## I. CONTINUIDADE SOMENTE COM O PEDIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA

A parte autora ajuizou ação de cobrança da diferença do seguro DPVAT. Nos pedidos da inicial a mesma requereu a diferença dos valores, conforme tabela do seguro DPVAT, bem como, a correção monetária do valor já recebido administrativamente.

Diante disso, considerando que o acidente ocorreu em **21/09/2014**, e ao passo o pagamento administrativo foi de **R\$ 1.350,00, somente** em **17/12/2014**, **requer continuidade somente com o pedido de correção e atualização monetária, desde do acidente até a data do pagamento parcial do seguro**. Neste passo, deverá ser considerado para análise do mérito apenas o pedido de correção REsp 1.483.620, que aliás é de natureza obrigatória.

## II. DO PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO – CABIMENTO DA CORREÇÃO

O STJ no RECURSO ESPECIAL nº 1.483.620 - SC (2014/0245497-6), julgou e entendeu que a correção monetária incide após a data do acidente:

A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso -RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.620 - SC (2014/0245497-6).

O pagamento realizado pela ré foi sem qualquer correção monetária, porém, de acordo com precedente acima, em recurso repetitivo julgado pelo STJ, a correção deveria ser concedida a partir do evento danoso, o que não aconteceu.

O assunto em questão, ou seja, a ratio decidendi da decisão recorrida, foi objeto de julgamento em Recurso Repetitivo (IRDR) e, portanto, é precedente obrigatório a ser seguido - RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.620 - SC (2014/0245497-6).

O assunto é proveniente de tese firmada em Recurso Repetitivo no STJ. Deste modo, o feito comportaria, inclusive, julgamento nos termos de tutela de evidência REsp nº. 148362/SC. Assim determina o CPC/2015:

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

- I - Ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;
- II - As alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;
- III - Se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;



IV - A petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.

Pertinência também o art. 311, II por ser tese firmada em julgamento repetitivo. O art. 311, IV do CPC determina então julgamento por fato incontrovertido. Destaca-se que a ré, mesmo após o julgamento do REsp que determinou o pagamento com correção nada faz.

Há direito de receber a correção do valor recebido desde o acidente até o efetivo pagamento. Além de aplicabilidade do art. 311, IV, há também aplicabilidade dos arts. 355, I e 356, I do CPC e outros. Assim:

Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

I - Não houver necessidade de produção de outras provas;

Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:

I - Mostrar-se incontrovertido;

Sobre a data do pagamento, essa é facilmente obtida pela ré, pois todos os pagamentos de DPVAT geram Megadata (acostado aos autos pela ré). Ademais, restou em fato incontrovertido que a ré deixou de pagar a correção do seguro devido de acordo com o REsp Nº 1.483.620 /SC (essa ausência de correção, diga-se, é feito em todos os processos do Brasil).

Requer, ainda, que a ré seja condenada ao pagamento dos juros e correção pelo prazo excedente de 30 dias do seguro, se este não foi pago no prazo de 30 dias a contar da entrada no processo (Lei 6194/74, art. 3º, § 1º).

### III. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) **Prosseguimento somente com o pedido de correção e atualização monetária**, visto que o autor desistiu da realização de prova pericial, nos termos do art. 485, inciso VIII;
- b) Diante do exposto, requer que seja declarado e constituído o direito do autor em ter devidamente atualizado e corrigido o valor do seguro desde o acidente até o pagamento parcial do seguro, pois o pagamento realizado não contou com qualquer correção monetária, conforme pacífico entendimento do STJ;
- c) Requer, nos termos do art. 489, § 1º, inciso VI, do CPC/2015, não acolhendo Vossa Excelência esse precedente, que fundamente seu motivo fazendo o devido distinguishing;
- d) Requer, nos termos do art. 489, § 1º, inciso V, do CPC/2015, não acolhendo Vossa Excelência esse precedente, que fundamente com o propósito de identificar o

fundamento determinante (*ratio decidendi*), afastando, assim, se for o caso, os precedentes citados – art. 927 e 926 do CPC;

e) Fundamente nos termos do RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.620 - SC (2014/0245497-6) – IRDR e precedente obrigatório - reconhecendo a incidência de correção com termo a quo do evento danoso;

f) **Os honorários advocatícios graduados de modo que proporcione uma remuneração justa em decorrência do trabalho desempenhado**, conforme artigo 85, §2º e §8º do CPC

Nestes termos, pede deferimento  
Londrina, terça-feira, 13 de outubro de 2020.

**Juliana Trautwein Chede**  
(*Resp. Est.*)  
OAB/SE 1026-A

**Diogo Augusto Sampaio Fuga**  
(*Resp. e Rev.*)  
OAB/PR 95.996

**Gabriel Fernando Souza Lopes**  
(*Elab.*)  
Acadêmico de Direito.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

12/11/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

R. Hoje. Intimem-se a parte requerida para que diga, em 05 (cinco) dias, se concorda com o pedido parcial de desistência formulado à pp. 177/180, sob pena do seu silêncio ser considerado como anuência tácita. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, voltem os autos conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Intimem-se a parte requerida para que diga, em 05 (cinco) dias, se concorda com o pedido parcial de desistência formulado à pp. 177/180, sob pena do seu silêncio ser considerado como anuênciam tácita.

Decorrido o prazo, com ou sem resposta, voltem os autos conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME DIAMANTINO DE OLIVEIRA WEBER, Juiz(a) de Itabaianinha, em 12/11/2020, às 11:01:30**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020002184497-06**.

---





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

20/11/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Processo: 201770001714

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscrevem, nos Autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, em atendimento ao r. despacho de fls., vem, *mui* respeitosamente, à presença de V. Exa., manifestar-se **quanto ao pedido de desistência** requerido pela parte autora.

A Ré **NÃO CONCORDA COM A DESISTÊNCIA**, isso porque tem interesse no julgamento do mérito, apta à formação da coisa julgada, entendida, na dicção do art. 502 do CPC/2015, como: **"a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso"**.

Consigna-se que o julgamento o mérito da causa evitará novas discussões sobre os mesmos fatos, como também impedirá que a parte autora venha ingressar novamente com a mesma demanda em outro juízo.

Assim sendo, requer o prosseguimento do feito com análise do mérito, julgando totalmente improcedentes os pedidos da peça inaugural.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ITABAIANINHA, 19 de novembro de 2020

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
2592 - OAB/SE



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

09/12/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

18/03/2021

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Diante da informação de fls. 144, determino o agendamento de perícia com médico ortopedista, através do SCPV, devendo o perito realizar a avaliação e apresentar o laudo no prazo de 30 (trinta) dias, observando as determinações da decisão do dia 23/11/2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Diante da informação de fls. 144, determino o agendamento de perícia com médico ortopedista, através do SCPV, devendo o perito realizar a avaliação e apresentar o laudo no prazo de 30 (trinta) dias, observando as determinações da decisão do dia 23/11/2019.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA MARIA LUVISETI, Juiz(a) de Itabaianinha, em 18/03/2021, às 07:11:47**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2021000544506-36**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

20/04/2021

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE - 52880}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE

Processo n° 201770001714

**JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS**, parte já qualificada nos autos supra que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, apresentar e requer o que abaixo se segue.

Diante do r. despacho retro, a parte autora informa que não comparecerá na perícia quando agendada, tendo em vista que a causa de pedir é apenas a correção monetária devida desde o acidente até o efetivo pagamento, conforme já esclarecido nos autos.

Nesses termos pede deferimento.  
Londrina, terça-feira, 20 de abril de 2021.

**Juliana Trautwein Chede**  
OAB/SE 1026-A

**Diogo Augusto Sampaio Fuga**  
OAB/PR 95.996

**Érica Aparecida do Carmo Oliveira**  
Acadêmica de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

22/04/2021

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que, na presente data, não consegui agendar a perícia determinada, uma vez ainda não há datas disponíveis conforme consulta ao módulo de perícias.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

20/05/2021

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que, na presente data, não consegui agendar a perícia determinada, uma vez ainda não há datas disponíveis conforme consulta ao módulo de perícias.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

21/07/2021

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

16/08/2021

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE - 52880}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE

Processo n° 201770001714

**JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS**, parte já qualificada nos autos supra que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio do seu advogado, apresentar o que abaixo se segue.

Diante da retro certidão, a parte autora ressalta que desistiu da prova pericial, pois a demanda versa sobre a ausência da correção monetária do valor pago administrativamente (conforme fls. 177 e 189).

Desta forma, tentativas de agendamento da perícia tornam-se totalmente desnecessárias, visto a desistência da prova pericial. Assim, requer o regular prosseguimento do feito com o julgamento antecipado da demanda, uma vez que não há mais provas a se produzir.

Nesses termos, pede deferimento.  
Londrina, segunda-feira, 16 de agosto de 2021.

**Juliana Trautwein Chede**  
OAB/SE 1026-A

**Diogo Augusto Sampaio Fuga**  
OAB/PR 95.996

**Érica Aparecida do Carmo Oliveira**  
Acadêmica de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

09/11/2021

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Indefiro o pedido da parte autora de fls. 190, visto que a Ré não concordou com o pedido de desistência. Cumpra-se novamente o despacho do dia 18/03/2021.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Indefiro o pedido da parte autora de fls. 190, visto que a Ré não concordou com o pedido de desistência.

Cumpra-se novamente o despacho do dia 18/03/2021.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA MARIA LUVISSETI, Juiz(a) de Itabaianinha, em 09/11/2021, às 03:36:46**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2021002364460-93**.

---





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

08/03/2022

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que, deixei de agendar perícia de ortopedia (DPVAT), tendo em vista que o sistema não está disponibilizando datas para agendamento, e em contato com a coordenadoria de Perícias, fui informada pelo coordenador, Sr. Thyago, que esse tipo de perícia esta sendo realizado na modalidade de mutirão, e que as unidades estariam enviando relações com os processos que têm esse tipo de perícia para serem incluídos nos mutirões. Certifico ainda que, ante essa informação, encaminhei o e-mail anexo à Comarca de Itabaianinha, solicitando que fosse remetida à DAJ, esta relação a fim de que possamos já certificar nos feitos que possuem perícia ortopedia DPVAT essa informação.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

**Zimbra****daj@tjse.jus.br****marcação de perícia DPVAT - Processo 2017/1714****De :** Divisao de Apoio Judicial da CGJ <daj@tjse.jus.br> ter, 08 de mar de 2022 09:25**Assunto :** marcação de perícia DPVAT - Processo 2017/1714**Para :** Comarca de Itabaianinha <itabaianinha@tjse.jus.br>

João,

Bom dia!!! Nesse processo tenho que marcar perícia ortopedia DPVAT, entretanto o sistema de agendamento de perícias não está disponibilizando datas para agendamento. Entrei em contato com a coordenadoria de Perícias na pessoa de seu Coordenador, Sr. Thyago, e este informou que não há médicos disponíveis para realização dessas perícias, e que as perícias nessa modalidade estão ocorrendo em regime de mutirão. Ele informou que as unidades passaram listas com os números dos processos para entrarem nos mutirões. Se você puder enviar essa lista com esses processos aqui pra DAJ, fico grata, pois já lançaríamos essa informação nos processos em que houvesse esse tipo de perícia a ser agendada.

Grata,  
Ana Maria - matrícula 13715  
DAJ/CGJ



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

10/03/2022

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que, expedi mandado de intimação para a Perícia.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

10/03/2022

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202270001804 do tipo Mandado de (Assinante Escrivão) [TM1910,MD1926] <br/><br/>{Destinatário(a): JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Itabaianinha  
Rua Francisco Severo, Nº 228  
Bairro - Centro Cidade - Itabaianinha  
Cep - 49290-000 Telefone - (79)3544-1100

Normal



202270001804

PROCESSO: 201770001714 (Eletrônico)

NÚMERO ÚNICO: 0001630-23.2017.8.25.0035

NATUREZA: Procedimento Comum Cível

REQUERENTE: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

### MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Itabaianinha, Estado de Sergipe, da Comarca de Itabaianinha, Estado de Sergipe,

MANDA o Oficial de Justiça designado que cumpra o presente, de acordo com a seguinte determinação:

Intime-se a parte abaixo qualificada para comparecer a perícia de Ortopedia, no dia 04/04/2022 das 07h às 10h, por ordem de chegada, no citado local da perícia (Fórum Gumersindo Bessa - Coordenadoria de Perícias Judiciais ? Av. Pres. Trancredo Neves, s/n ? Capucho, Aracaju- SE).

#### Qualificação da parte:

Nome : JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

Residência : Povoado Lagoa Dantas II Rua A, ----, 161

Bairro : Zona Rural

Cidade : ITABAIANINHA - SE - SE

[TM1910, MD1926]

**Advertência:** Portaria Normativa nº 5/2022 - somente serão permitidos o ingresso e a permanência aos Fóruns e demais prédios e espaços do Poder Judiciário do Estado de Sergipe mediante apresentação de **COMPROVANTE DE VACINAÇÃO COMPLETA** (2 doses ou dose única) do imunizante contra a **COVID-19**.

**É dever de todos proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil - Disque 100 (Direitos Humanos Nacional) ou Disque 181 (Polícia Civil). A Denúncia é anônima. A ligação é gratuita.**



Documento assinado eletronicamente por **JOAO FONTES LEITE FILHO, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Itabaianinha**, em 10/03/2022, às 15:04:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço [www.tjse.jus.br/autenticador](http://www.tjse.jus.br/autenticador), mediante preenchimento do número de consulta pública **2022000492072-28**.

Recebi o mandado 202270001804 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



---

JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

01/04/2022

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202270001804 do tipo Mandado de (Assinante Escrivão) [TM1910,MD1926] - Certidão do Oficial de Justiça <br/><br/> {Destinatário(a): JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Itabaianinha  
Rua Francisco Severo, Nº 228  
Bairro - Centro Cidade - Itabaianinha  
Cep - 49290-000 Telefone - (79)3544-1100

Normal



202270001804

PROCESSO: 201770001714 (Eletrônico)

NÚMERO ÚNICO: 0001630-23.2017.8.25.0035

NATUREZA: Procedimento Comum Cível

REQUERENTE: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

### MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Itabaianinha, Estado de Sergipe, da Comarca de Itabaianinha, Estado de Sergipe,

MANDA o Oficial de Justiça designado que cumpra o presente, de acordo com a seguinte determinação:

Intime-se a parte abaixo qualificada para comparecer a perícia de Ortopedia, no dia 04/04/2022 das 07h ás 10h, por ordem de chegada, no citado local da perícia (Fórum Gumersindo Bessa - Coordenadoria de Perícias Judiciais ? Av. Pres. Trancredo Neves, s/n ? Capucho, Aracaju- SE).

#### Qualificação da parte:

Nome : JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

Residência : Povoado Lagoa Dantas II Rua A, -----, 161

Bairro : Zona Rural

Cidade : ITABAIANINHA - SE - SE

[TM1910, MD1926]

**Advertência:** Portaria Normativa nº 5/2022 - somente serão permitidos o ingresso e a permanência aos Fóruns e demais prédios e espaços do Poder Judiciário do Estado de Sergipe mediante apresentação de **COMPROVANTE DE VACINAÇÃO COMPLETA** (2 doses ou dose única) do imunizante contra a **COVID-19**.

**É dever de todos proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil - Disque 100 (Direitos Humanos Nacional) ou Disque 181 (Polícia Civil). A Denúncia é anônima. A ligação é gratuita.**



Documento assinado eletronicamente por **JOAO FONTES LEITE FILHO, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Itabaianinha**, em 10/03/2022, às 15:04:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço [www.tjse.jus.br/autenticador](http://www.tjse.jus.br/autenticador), mediante preenchimento do número de consulta pública **2022000492072-28**.

Recebi o mandado 202270001804 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



---

JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

---

PROCESSO: 201770001714 (Eletrônico)  
NATUREZA: Cível  
NÚMERO ÚNICO: 0001630-23.2017.8.25.0035  
MANDADO: 202270001804  
DATA DE CUMPRIMENTO: 01/04/2022 12:00

---

DESTINATÁRIO: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS  
ENDEREÇO: Povoado Lagoa Dantas II Rua A nº 161, ----. BAIRRO: Zona Rural.  
ITABAIANINHA/ SE. CEP: 49290-000  
TIPO DE MANDADO: Mandado de (Assinante Escrivão)  
DATA DE AUDIÊNCIA:

---

### C E R T I D Ã O

CERTIFICO QUE CUMPRI O PRESENTE MANDADO, ATINGINDO SEU OBJETIVO. Assim procedendo:

Conhecido por Andinho, filho de Bebé da Limeira. Celular: 9846-6159. Povoado Sabiazinho.

**Informo que o endereço da parte foi alterado para:**

**Logradouro:** Povoado Sabiazinho, s/n.

**Complemento:**

**Bairro:** Centro

**Cidade:** Itabaininha - SE

**CEP:** 49290000

[TC1910, MD47]



Documento assinado eletronicamente por **JAIRO GARCIA DOS SANTOS, Oficial de Justiça**, em 01/04/2022, às 15:14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço [www.tjse.jus.br/autenticador](http://www.tjse.jus.br/autenticador), mediante preenchimento do número de consulta pública **2022000680631-70**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Itabaianinha  
Rua Francisco Severo, Nº 228  
Bairro - Centro Cidade - Itabaianinha  
Cep - 49290-000 Telefone - (79)3544-1100

Normal



202270001804

PROCESSO: 201770001714 (Eletrônico)

NÚMERO ÚNICO: 0001630-23.2017.8.25.0035

NATUREZA: Procedimento Comum Cível

REQUERENTE: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

### MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a). de Direito de Itabaianinha, Estado de Sergipe, da Comarca de Itabaianinha, Estado de Sergipe,

MANDA o Oficial de Justiça designado que cumpra o presente, de acordo com a seguinte determinação:

Intime-se a parte abaixo qualificada para comparecer a perícia de Ortopedia, no dia 04/04/2022 das 07h ás 10h, por ordem de chegada, no citado local da perícia (Fórum Gumersindo Bessa - Coordenadoria de Perícias Judiciais ? Av. Pres. Trancredo Neves, s/n ? Capucho, Aracaju- SE).

**Qualificação da parte:**

Nome : JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS  
Residência : Povoado Lagoa Dantas II Rua A, ----, 161  
Bairro : Zona Rural  
Cidade : ITABAIANINHA - SE - SE

*Filho de Belzé da Lomura  
9846-6159*

*Andinho*

[TM1910, MD1926]

**Advertência:** Portaria Normativa nº 5/2022 - somente serão permitidos o ingresso e a permanência aos Fóruns e demais prédios e espaços do Poder Judiciário do Estado de Sergipe mediante apresentação de **COMPROVANTE DE VACINAÇÃO COMPLETA** (2 doses ou dose única) do imunizante contra a **COVID-19**.

É dever de todos proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil - Disque 100 (Direitos Humanos Nacional) ou Disque 181 (Polícia Civil). A Denúncia é anônima. A ligação é gratuita.



Documento assinado eletronicamente por JOAO FONTES LEITE FILHO, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Itabaianinha, em 10/03/2022, às 15:04:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos documentos anexados bem como à conferência de autenticidade do documento estão disponíveis no endereço [www.tjse.jus.br/autenticador](http://www.tjse.jus.br/autenticador), mediante preenchimento do número de consulta pública 2022000492072-28.

*31-03-22*

*João Anderson Evaristo Santos*



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

06/06/2022

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe se a perícia marcada para o dia 04/04/2022 foi realizada.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

08/06/2022

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE - 52880}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## AO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE

Processo n° 201770001714

**JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS**, parte já qualificada nos autos supra que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS E DO SEGURO DPVAT**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio do seu advogado, apresentar o que abaixo se segue.

### I. DA PERÍCIA

Diante da intimação retro, informa que não compareceu à perícia designada para o dia 04/04/2022, reiterando o desinteresse na realização da prova pericial, devendo a presente demanda prosseguir somente com relação ao pedido de correção monetária.

Destaca-se que o pagamento realizado sem a correção devida nos termos do precedente obrigatório REsp 1.483.620 é fato incontrovertido.

### II. CABIMENTO DA CORREÇÃO

O STJ no RECURSO ESPECIAL nº 1.483.620 - SC (2014/0245497-6), julgou e entendeu que a correção monetária incide a partir da data do acidente:

A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso -RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.620 - SC (2014/0245497-6)

Entretanto, o acidente aconteceu em **21/09/2014**, ao passo que o pagamento foi no valor de R\$ 1.350,00 em dezembro de 2014, sem qualquer correção monetária.

Ressalta-se que o pagamento realizado pela ré foi sem qualquer correção monetária, porém de acordo com precedente acima, em recurso repetitivo julgado pelo STJ, a correção deveria ser concedida a partir do evento danoso, o que não aconteceu.

Desta forma, requer que a ré seja condenada ao pagamento dos juros e correção pelo prazo excedente de 30 dias a contar da data do evento danoso.

### III. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

A previsão legal dos honorários advocatícios está no artigo 85 do NCPC que assim destaca:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

- I – O grau de zelo do profissional;
- II – O lugar de prestação do serviço;
- III – A natureza e a importância da causa;
- IV – O trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Pois bem, conforme acima descrito, em específico o parágrafo 8º descreve que em causas de pequeno valor os honorários serão aplicados de forma equitativa e não apenas (10% a 20% sobre valor da causa) vez que assim, o procurador da parte vencedora não seria remunerado dignamente.

Destaca-se, que caso seja aplicado o valor dos honorários do parágrafo 2º, nesse caso se torna ínfimo. Não é razoável que o advogado se despenda de seu tempo para propor ação, ir à audiência, recorrer para tribunal e no fim receber um valor insignificante.

Assim, percebe-se que no decorrer do processo houve uma modificação significativa quanto ao valor da causa e, se não existir alteração no tocante a aplicabilidade dos honorários advocatícios, existirá ofensa ao parágrafo 8º do artigo 85 do NCPC, já que em causas de pequeno valor deve ser levado em consideração a o grau de zelo do profissional, bem como o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para seu serviço.

Sobre o assunto, brilhante posicionamento do ministro **Min. Castro Meira** que no julgamento do REsp 1349013/DF destacou “**A fixação de verba honorária não deve provocar enriquecimento desproporcional tampouco pode aviltar a atividade advocatícia**”.



Nesse mesmo sentido, Rel.: **Luiz Osório Moraes Panza** “Os honorários advocatícios devem ser fixados em montante razoável de modo a não penalizar severamente o vencido, bem como não menosprezar o trabalho desenvolvido pelo profissional que obteve êxito na causa.<sup>1</sup>”

Por fim, Rel. **Des. Abraham Lincoln Calixto** no julgamento TJPR. 18CC. AC 0366028-6 “**A verba honorária há de ser fixada sopesando-se critérios que guardem a mínima correspondência com a responsabilidade assumida pelo advogado, em quantia razoável que embora não penalize severamente o vencido, também não se mostre aviltante, sob pena de violação ao princípio da justa remuneração do trabalho profissional**”.

Além disso, é totalmente pacífico pelos tribunais que quando existe decaimento mínimo dos pedidos realizados pelo vencedor na exordial, cabe à parte vencida arcar de forma integral quanto ao pagamento dos honorários advocatícios.

Em caso com decisão proferida recentemente, o Ministro João Otávio de Noronha reconheceu que com a parcial procedência<sup>2</sup> os honorários ficariam em valor irrisório se aplicado o Art. 85, §2º<sup>3</sup>. Portanto deve ser aplicado o disposto no Art. 85, § 8º por se tratar de causa com valor irrisório. Vale ressaltar que o r. Acórdão é uma decisão de **Embargos de declaração** interposto por este mesmo escritório.

**EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.500 - PR (2015/0171922-0)** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR FIXO. EMBARGOS ACOLHIDOS. Razão assiste à parte embargante, devendo, pois, ser acolhidos os embargos declaratórios. Em nova análise dos autos, verifico que o percentual de 15% sobre o valor da condenação não remunera dignamente o advogado da parte por ser irrisório devido ao baixo valor da condenação. Por essa razão, com base na jurisprudência desta Corte, fixo os honorários em R\$ 1.000,00 (mil reais). Ante o exposto, **acolho os presentes embargos de**

---

<sup>1</sup> (TJPR. 7CC. AC 714489-4. Rel.: Luiz Osório Moraes Panza. J. 22.02.2011)

<sup>2</sup> A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso -RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.620 - SC (2014/0245497-6)

<sup>3</sup> Art. 85 § 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos: I – o grau de zelo do profissional; b) o lugar de prestação do serviço; II – O lugar de prestação do serviço; c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. III – a natureza e a importância da causa; IV – o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço

**declaração para, suprindo o vício suscitado, fixar os honorários advocatícios em R\$ 1.000,00 (mil reais), exclusivamente em favor da parte recorrente.**

O STJ tem a função de unificar entendimentos e dar segurança jurídica a interpretação da lei. Portanto o que se espera com a demonstração deste precedente é que o tema seja pacificado<sup>4</sup>.

Assim, requer que **a parte ré seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono da parte autora nos termos do art. 85 §8º do CPC, para não condenar em valor irrisório.**

#### IV. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) Que a presente petição de desistência da prova pericial seja recebida;
- b) Requer que seja declarado o direito do autor em ter devidamente atualizado e corrigido o valor do seguro desde o acidente até o pagamento parcial do seguro, pois o pagamento realizado não contou com qualquer correção monetária, **conforme pacífico entendimento do STJ**;
- c) **Nos termos do art. 489, § 1º, inciso VI, do CPC/2015, não acolhendo Vossa Excelência esse precedente, que fundamente seu motivo fazendo o devido distinguishing; e com o propósito de identificar os fundamentos determinantes (*ratio decidendi*), afastando, assim, se for o caso, os precedentes citados – art. 927 e 926 do CPC;**
- d) Fundamente nos termos do RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.620 - SC (2014/0245497-6) – IRDR e precedente obrigatório - reconhecendo a incidência de correção com termo a quo do evento danoso;
- e) **Os honorários advocatícios graduados de modo que proporcione uma remuneração justa em decorrência do trabalho desempenhado**, conforme artigo 85, §2º e §8º do CPC.

Nesses termos pede deferimento.

Londrina, quarta-feira, 8 de junho de 2022.

---

<sup>4</sup> “Além do mais, os precedentes devem ter caráter universalizante; ou seja, o precedente deve ter capacidade de servir à generalidade dos casos similares. O caráter universalizante se relaciona com a necessidade de o precedente abranger,,desde logo, o maior número possível de casos similares, evitando-se futuras decisões distintas para casos iguais” MARINONI, Luiz Guilherme. O STJ Enquanto corte de precedentes: recomprensão do sistema processual da corte suprema – 2. Ed, São Paulo; Editora Revista dos Tribunais, 2014; p:112 ´.



**Juliana Trautwein Chede**  
OAB/SE 1026-A

**Felipe Tarniowicz Legnani**  
Acadêmico de Direito





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

01/07/2022

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

25/07/2022

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Intime-se a parte requerida para que apresente manifestação acerca da petição de fls. 211/215.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Intime-se a parte requerida para que apresente manifestação acerca da petição de fls. 211/215.

---



Documento assinado eletronicamente por **LEOPOLDO MARTINS MOREIRA NETO, Juiz(a) de Itabaianinha, em 25/07/2022, às 14:29:08**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço [www.tjse.jus.br/autenticador](http://www.tjse.jus.br/autenticador), mediante preenchimento do número de consulta pública **2022001616064-06**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

31/07/2022

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Processo: 201770001714

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

É fato incontestável que, a ação tem como objeto o pedido de diferença indenizatória por invalidez, bem como a correção monetária.

No entanto, considerando a reiterada ausência do autor na perícia média, bem como diante da manifestação de ausência de interesse na prova, deve-se tomar por preclusa.

Tal fato ensejará o julgamento do mérito em relação ao pedido de invalidez, impondo-se a improcedência dos pedidos, diante da ausência de prova de diferença a pagar.

Uma vez promovida a ação, é ide interesse da Seguradora que seja prolatada a decisão de mérito, a fim de evitar a propositura de novas demandas futuras para discutir o mesmo fato.

Dessa forma, ratifica as teses de defesa já apresentadas, inclusive quanto ao pedido de correção monetária sobre o valor pago em sede administrativa, requerendo que os pedidos sejam julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ITABAIANINHA, 28 de julho de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

01/08/2022

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202200892}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

05/10/2022

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

A causa se encontra madura para julgamento dos pedidos com resolução do mérito, não havendo a necessidade da produção de outras provas, porquanto estabilizado o objeto do processo. Aguarde-se pelo prazo do art. 357, §1º, do CPC, aqui tomado por aproximação de fundamentos, eventuais manifestações das partes, prestigiando-se, assim, o tão festejado princípio da não surpresa. Após, volvam os autos conclusos para julgamento.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

**DESPACHO**

A causa se encontra madura para julgamento dos pedidos com resolução do mérito, não havendo a necessidade da produção de outras provas, porquanto estabilizado o objeto do processo. Aguarde-se pelo prazo do art. 357, §1º, do CPC, aqui tomado por aproximação de fundamentos, eventuais manifestações das partes, prestigiando-se, assim, o tão festejado princípio da não surpresa.

Após, volvam os autos conclusos para julgamento.



---

Documento assinado eletronicamente por **SERGIO FORTUNA DE MENDONCA, Juiz (a) de Itabaianinha, em 05/10/2022, às 18:20:43**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419 /2006.

---



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço [www.tjse.jus.br/autenticador](http://www.tjse.jus.br/autenticador), mediante preenchimento do número de consulta pública **2022002238681-11**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

01/11/2022

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA (1467-A-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20221101132602461 às 13:26 em 01/11/2022.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos n. 201770001714

**BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA**, procurador devidamente constituídos nos autos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar e requerer o que abaixo se segue.

No processo em tela observa-se que teve a juntada da procuração outorgando poderes para o Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga e a Dra. Juliana Trautwein Chede.

Dito isso, requer-se que as futuras intimações sejam encaminhadas, **exclusivamente, para o Dr. BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, OAB/SE 1467A**, advogado devidamente constituído, endereço impresso do rodapé e recebe intimações eletrônicas através do e-mail [projudi@brunofuga.adv.br](mailto:projudi@brunofuga.adv.br), sob pena de nulidade (art. 272, § 5.º, CPC).

Termos em que, pede deferimento  
Londrina, terça-feira, 1 de novembro de 2022.

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**  
OAB/SE 1467-A

**Érica Aparecida do Carmo Oliveira**  
Acadêmica de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

16/11/2022

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Ante o decurso do prazo previsto no prazo Art. 357, §1º, do CPC, faço os autos conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

09/03/2023

**MOVIMENTO:**

Julgamento

**DESCRIÇÃO:**

[...] Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para CONDENAR a requerida a pagar ao autor o valor referente à correção monetária, pelo INPC, desde o acidente, ocorrido em 21/09/2014, até o pagamento do seguro pela via administrativa, o qual, conforme fl. 110, ocorreu em 17/12/2014 (REsp 1.483.620/SC). JULGO IMPROCEDENTE o pedido de complementação do seguro DPVAT, consoante fundamentado supra. Diante da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes que arbitro em R\$1.000,00 (um mil reais), na proporção de 50% para o requerente e 50% para o requerido, nos termos do que dispõe o art. 85, parágrafo 2º c/c o §14, do Código de Processo Civil. Esses valores só poderão ser cobrados se houver comprovação da modificação no estado econômico do vencido no prazo de até cinco anos contados do trânsito em julgado dessa decisão, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC, por se tratar o autor de beneficiário das benesses da justiça gratuita (fl. 52). Com o trânsito em julgado, certificado nos autos, dê-se a devida baixa e, após, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



## Poder Judiciário do Estado de Sergipe Itabaianinha

Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035

Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência em Parte

### SENTENÇA

#### I – RELATÓRIO

**JOSÉ ANDSON EVARISTO SANTOS** ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Relata o autor que foi vítima de acidente de trânsito, ficando com sequelas permanentes em seu olho direito, como fratura periocular, resultando em invalidez permanente parcial.

Afirma que a Requerida pagou a indenização no valor de R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais), quando deveria ter pagado o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Acostou aos autos os pertinentes documentos, a fim de munir de força probante as assertivas supra, a exemplo de documentos pessoais, laudo e relatórios médicos diversos, bem como comprovante de recebimento do importe parcial acima indicado.

Compondo a lide após validamente citada, ofereceu a seguradora ré tempestiva resposta, sob a forma de contestação (fls. 78/111), por meio da qual postulou a integral improcedência dos pedidos.

O autor apresentou réplica (fls. 114/119).

Decisão de saneamento às fls. 122/123.

Manifestação do autor informando a desistência do pleito de complementação do valor do seguro, nas páginas 178/181.

Intimado, o requerido não concordou com o pedido de desistência do autor (fl. 185).

Determinada a realização de perícia médica (fl. 188), o autor aduziu, em duas oportunidades (fls. 190 e 195), que não compareceria na data designada, pois o pedido da demanda restava apenas quanto à correção monetária da quantia paga administrativamente.



Indeferido o pleito de desistência do autor, conforme fl. 197.

O autor informou que não compareceu à perícia designada para o dia 04/04/2022, reiterando o desinteresse na realização da prova pericial, e pugnando que a demanda prossiga tão somente quanto ao pedido de correção monetária (páginas 211/215).

Intimado, o requerido manifestou-se pela total improcedência dos pleitos autorais (fl. 220).

Vieram os autos conclusos.

**É o relatório.**

**Decido.**

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Cuida-se de AÇÃO DE COBRANÇA, cingindo-se o pleito autoral à persecuição judicial do valor atinente à indenização do seguro DPVAT, alegadamente não repassado em sua integralidade, nos termos da legislação aplicável, com arrimo no art. 3º, II, da Lei 6.194/74.

Outrossim, o autor pleiteia a correção monetária do valor pago administrativamente pela seguradora requerida.

Da análise do *in folio*, verifica-se que o autor desistiu expressamente do pedido de complementação da indenização do seguro DPVAT, no entanto, como a demanda foi contestada, o requerido foi intimado para manifestar-se e informou sua discordância ao pleito.

Considerando o teor do art. 485, §4º, do Código de Processo Civil, não havendo anuênciam do demandado ao pedido de desistência, este foi indeferido pelo Juiz, conforme já relatado.

Pois bem.

De logo, consigno que a ausência de comparecimento do demandante na perícia médica designada pelo magistrado, imprescindível ao deslinde do processo, a fim de se apurar a existência de invalidez permanente e o seu grau, resulta na improcedência do pedido, em atenção à distribuição do ônus da prova.

Nessas circunstâncias, o não comparecimento da parte autora para realizar a perícia implica na desistência da produção de referida prova e, de consequência, na não comprovação da incapacidade alegada e na improcedência do pleito de complementação do valor do seguro.

A esse respeito:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA. NÃO COMPARCIMENTO DO AUTOR. DESÍDIA. INTIMAÇÃO NO ENDEREÇO FORNECIDO PELO AUTOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. 1- Sendo imprescindível a efetiva comprovação da ocorrência de invalidez permanente,



jem como o grau de lesão experimentada, para fins de pagamento de indenização alusiva ao seguro DPVAT, a parte segurada deve, para tal fim, comparecer à perícia judicial determinada. 2- **Se o autor não compareceu no local e data designados para realização de perícia e sequer apresentou justificativa plausível, apesar de devidamente intimado, enseja a improcedência do pedido, não havendo se falar em cerceamento de defesa.** 3- Há presunção de validade das comunicações enviadas ao endereço fornecido pelo apelante nos autos, dada sua incumbência legal de comunicar eventuais alterações, conforme leitura do artigo 274, parágrafo único, do Código de Processo Civil. 4- Considerando que a sentença foi publicada sob a égide do CPC/2015 e que o apelo interposto foi desprovido, deve ser majorada, na fase recursal, a verba honorária fixada na origem, conforme disposto no artigo 85, §11º, do CPC /2015. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA." (TJGO, Apelação (CPC) 0501887-13.2011.8.09.0175, Rel. DELINTRO BELO DE ALMEIDA FILHO, Goiânia - 14ª Vara Cível e Ambiental, julgado em 30/05/2018, DJe de 30/05 /2018).

Nestes termos, diante do não comparecimento do autor na perícia judicial designada no processo, **a improcedência do pedido (de complementação do valor do seguro) é medida que se impõe**, ante a ausência de comprovação do grau de invalidez apto a apurar o *quantum* devido, ônus que lhe competia, nos termos o artigo 373, I, do Código de Processo Civil.

Não vejo necessidade de detenções maiores.

**Vejamos então o alegado direito pretendido pelo autor para correção monetária do seguro pago administrativamente.**

O autor afirma que o seguro foi pago administrativamente após o prazo de 30 dias previsto pela legislação, de modo que entende fazer jus à correção monetária nos termos do REsp 1.483.620/SC.

Lado outro, o requerido argumenta que, no caso do Seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/07, determina, no art. 3º, que a incidência de correção monetária dependerá exclusivamente de atraso imputável à seguradora que descumprir o prazo de 30 dias para o pagamento administrativo da indenização, nos termos do art. 5º, §7º.

Assim, o demandado entende que tendo a parte autora pleiteado a indenização pela via administrativa e assim recebido no prazo previsto o valor pleiteado, não há que se falar em atraso no pagamento. Afirma, pois, que não se vislumbra, no caso, a única hipótese de incidência de correção monetária do valor estabelecido na Lei nº 6.194/74, razão pela qual requer seja declarado improcedente o pleito autoral nesse ponto.

Compulsando os autos, vê-se que o acidente ocorreu em 21/09/2014 (fls. 19 e 45).

Além disso, o Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT (documento de fl. 109) atesta que o autor se submeteu à avaliação médica em 11/12/2014, ao passo em que o seguro foi pago dia depois, a saber, em 17/12/2014, conforme comprovante de transferência de fl. 110.

Pois bem.



De bom alvitre destacar que a matéria é pacífica, haja vista que há muito o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp 1.483.620/SC, firmou tese no sentido de que a incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.

Transcrevo a ementa do julgado. Vejamos:

**RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC.**

1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária.
2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei.
3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de constitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF).
4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.
5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso.
6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp n. 1.483.620/SC, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 27/5/2015, DJe de 2/6/2015.)

Assim sendo, e considerando que o autor não faz jus a qualquer complementação do seguro já pago, conforme fundamentado alhures, é de se acolher apenas o pedido de correção monetária da quantia a partir da data do evento danoso.

### **III – DISPOSITIVO**



Isto posto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para CONDENAR a requerida a pagar ao autor o valor referente à correção monetária, pelo INPC, desde o acidente, ocorrido em 21/09/2014, até o pagamento do seguro pela via administrativa, o qual, conforme fl. 110, ocorreu em 17/12/2014 (REsp 1.483.620/SC).**

**JULGO IMPROCEDENTE o pedido de complementação do seguro DPVAT, consoante fundamentado supra.**

Diante da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes que arbitro em R\$1.000,00 (um mil reais), na proporção de 50% para o requerente e 50% para o requerido, nos termos do que dispõe o art. 85, parágrafo 2º c/c o §14, do Código de Processo Civil.

Esses valores só poderão ser cobrados se houver comprovação da modificação no estado econômico do vencido no prazo de até cinco anos contados do trânsito em julgado dessa decisão, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC, por se tratar o autor de beneficiário das benesses da justiça gratuita (fl. 52).

Com o trânsito em julgado, certificado nos autos, dê-se a devida baixa e, após, arquivem-se.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO FORTUNA DE MENDONCA, Juiz (a) de Itabaianinha, em 09/03/2023, às 22:21:31**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço [www.tjse.jus.br/autenticador](http://www.tjse.jus.br/autenticador), mediante preenchimento do número de consulta pública **2023000496629-90**.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

15/03/2023

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Embargos de Declaração realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - 1467}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE

Processo n° 201770001714

**JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS**, parte já qualificada nos autos supra, por seu advogado que a esta subscreve, vem em questionamento ao despacho r., opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS MODIFICATIVOS** (CPC/2015, art. 1.022/1.026) pelos termos abaixo transcritos. Reitera os pedidos de assistência judiciária gratuita.

A causa de embargabilidade é omissão e contradição, pois o pedido do embargante foi procedente, mesmo assim foi condenado ao pagamento de honorários. Vejamos.

### I. INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA. PEDIDO PROCEDENTE

O pedido do Embargante **não é parcialmente** procedente, pois assim fez constar em pedido expresso:

c) Ao final seja declarado o direito do autor em ter devidamente atualizado e corrigido o valor do seguro devido de R\$ 13.500,00 (na proporção do valor recebido) desde o acidente (REsp 1.483.620/SC) até o pagamento do seguro ou que o valor seja corrigido desde a negativa da seguradora (30 dias após o protocolo administrativo); Nos termos do art. 326 do CPC/2015, subsidiariamente (pedido alternativo), seja a correção determinada desde 29/12/2006, data da entrada em vigor da MP 340/2006, pelo índice INPC/IBGE;

d) Seja julgado procedente o pedido, para condenar a ré a pagar ao autor o valor de R\$ 13.500,00, sendo este o teto máximo do seguro, devendo a ré ser condenado ao pagamento de acordo com a sequela do autor e tendo como parâmetro a tabela abaixo, devidamente atualizada pelo índice mais vantajoso para a parte autora, descontado o valor já pago no processo administrativo; Pedido principal é condenar a ré ao pagamento de apenas a correção nos termos do Precedente Obrigatório REsp 1.483.620/SC; Nos termos do art. 326 do CPC/2015, subsidiariamente (pedido alternativo), além de correção, que seja a ré condenada ao pagamento além da correção monetária, do residual da sequela não paga também.

Deste modo, a parte Embargante em nada sucumbiu, pois, seu pedido **C, subsidiário ao principal, foi totalmente julgado procedente**.

Neste sentido:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO NO V. ACÓRDÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CONDENAÇÃO DO AUTOR EM 50% DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCEDÊNCIA INTEGRAL DA



**DEMANDA.ACOLHIMENTO DE PEDIDO ALTERNATIVO. INCOERÊNCIA NA CONDENAÇÃO DO AUTOR EM CUSTAS E HONORÁRIOS.SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NÃO CONFIGURADA. EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS. (TJPR - 10ª C.Cível - EDC - 1223787-5/01 - Cascavel - Rel.: Ângela Khury - Unânime - J. 13.08.2015)**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 21, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONDENAÇÃO DAS PARTES AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS PERICIAIS "PRO RATA". HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM R\$ 1.000,00 (MIL REAIS) PARA O ADVOGADO DE CADA UMA DAS PARTES. COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS. AUTOR QUE FORMULOU PEDIDO ALTERNATIVO. PROCEDÊNCIA INTEGRAL DO PEDIDO FORMULADO ALTERNATIVAMENTE. EQUIVOCO NA CONDENAÇÃO RECÍPROCA DA SUCUMBÊNCIA. APELANTE QUE NÃO SUCUMBIU DE PARTE DO PEDIDO. VERBA DA SUCUMBÊNCIA QUE DEVE SER SUPORTADA INTEGRALMENTE PELA PARTE VENCIDA (ART. 20, CAPUT, DO CPC). EXCLUSÃO DA CONDENAÇÃO DO APELANTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Tendo a parte ré decaído da totalidade de um dos pedidos alternativos formulado pelo autor, a condenação ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios, deve ser suportada integralmente pela parte vencida, a teor do que dispõe o artigo 20, caput, do Código de Processo Civil. (TJ-SC - AC: 20130348591 SC 2013.034859-1 (Acórdão), Relator: Saul Steil, Data de Julgamento: 09/09/2013, Terceira Câmara de Direito Civil Julgado)

SEGUNDO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PENSIONISTA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DE UM DOS PEDIDOS SUCESSIVOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. OCORRÊNCIA. 1. A improcedência de um dos pedidos cumulados sucessivamente caracteriza a sucumbência recíproca. **Ao contrário do que ocorre com os pedidos alternativos, em que o demandante satisfaz-se com o acolhimento de qualquer das providências requeridas.** Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AgRg no REsp 646.383/RS, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe 14/05/2013)

**4. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que inoce a sucumbência recíproca, em havendo o provimento, em sua totalidade, de um dos pedidos alternativos. Precedentes.** 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1206668/RO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2011, DJe 14/12/2011)

Nos casos de pedido subsidiário, quando ocorre o provimento de um dos pedidos, não há que se falar em sucumbência recíproca ou a cargo do autor. Assim, não há uma ordem preferencial do pedido, qualquer um que for acolhido, será em favor da parte autora.

Desta forma, sendo acolhido um dos pedidos formulados pelo requerente, não há que se falar em parcial procedência, de modo que não há que se falar em sucumbência a cargo do autor e sim, deverá ser atribuído integralmente à parte contraria.

## II. DO PEDIDO

Requer seja recebido e provido o presente Embargos de declaração, em sem mérito provido com efeito modificativo revertendo o ônus de sucumbência.

Aproveita o momento para questionar a **segurança jurídica** com atenção aos precedentes citados do STJ sobre o tema (CPC, art. 926)

Requer, nos termos do art. 489, §1º, inciso VI, do CPC/2015, não acolhendo Vossa Excelênciá esses precedentes, que **fundamente seu motivo** fazendo o devido *distinguishing*.

Requer, nos termos do art. 489, §1º, inciso V, do CPC/2015, não acolhendo Vossa Excelênciá esses precedentes, que **fundamente com o propósito de** identificar os fundamentos determinantes (*ratio decidendi*), afastando, assim, se for o caso, os precedentes citados – art. 927 e 926 do CPC.

Reitera, por oportuno, os benefícios da assistência judiciária gratuita.

Pede deferimento  
Londrina, quarta-feira, 15 de março de 2023.

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**  
OAB/SE 1467-A

**Maria Eduarda Cecilio da Silva**  
Acadêmica de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

29/03/2023

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Depósito Judicial nº 230316105819043 do BANESE referente a Pagamento do Débito, ocorrido em 27/03/2023, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA.<br/><br/>{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## **Informações do depósito da conta judicial: 31288024281 - Parcela: 2**

Banco - BANESE

---

|                                |  |
|--------------------------------|--|
| <b>CPF/CNPJ do depositante</b> | 09.248.608/0001-04                               |
| <b>Nome do depositante</b>     | SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA |
| <b>ID da guia</b>              | 2300701  |
| <b>Origem</b>                  | Interligação                                     |
| <b>Data do depósito</b>        | 27/03/2023                                       |
| <b>Forma de recolhimento</b>   | DINHEIRO   |
| <b>Valor do depósito</b>       | 561,81   |



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

31/03/2023

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - 1467}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos nº. 201770001714

**JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS**, já qualificada nos autos em epígrafe, que intenta em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, comunicar que há recurso pendente de julgamento, logo, a parte autora se manifestará quanto ao depósito da condenação somente após o trânsito em julgado.

Pede deferimento  
Londrina, sexta-feira, 31 de março de 2023.

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**  
OAB/SE 1467-A

**Maria Eduarda Cecilio da Silva**  
Acadêmica de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

03/04/2023

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Pagamento Voluntário realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Processo: 201770001714

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação, no valor de R\$ 561,81 (QUINHENTOS E SESSENTA E UM REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS).

**Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.**

Ademais, requerer o envio dos autos à Contadoria Judicial para que seja efetuado o cálculo das custas finais, após a emissão da competente guia, requer ainda a intimação da ora peticionante para ciência e adoção das providências cabíveis.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2595/SE, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

ITABAIANINHA, 30 de março de 2023.

**João Barbosa**  
OAB/SE 780-A

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
2592 - OAB/SE

~



|  |                   |                         |  |                                |
|--|-------------------|-------------------------|--|--------------------------------|
|  |                   |                         |  | <b>Nº DA CONTA JUDICIAL</b>    |
|  |                   |                         |  | 0                              |
| <b>Nº DA PARCELA</b>                                   |                   | <b>DATA DO DEPÓSITO</b> |  | <b>AGÊNCIA (PREF / DV)</b>     |
|  |                   | 27/03/2023              |  | 0                              |
| <b>DATA DA GUIA</b>                                    | <b>Nº DA GUIA</b> | <b>Nº DO PROCESSO</b>   |  | <b>TIPO DE JUSTIÇA</b>         |
| 27/03/2023   | 023007018         | 00016302320178250035    |  | ESTADUAL                       |
| <b>UF/COMARCA</b>                                      |                   | <b>ORGÃO/VARA</b>       |  | <b>VALOR DO DEPÓSITO (R\$)</b> |
| SE/Itabaianinha  |                   | Vara Cível              |  | 561,81                         |
| <b>NOME DO RÉU/IMPETRADO</b>                           |                   | <b>DEPOSITANTE</b>      |  | <b>TIPO DE PESSOA</b>          |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A    |                   | RÉU                     |  | Jurídica                       |
| <b>NOME DO AUTOR / IMPETRANTE</b>                      |                   | <b>TIPO DE PESSOA</b>   |  | <b>CPF / CNPJ</b>              |
| JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS                            |                   | FÍSICA                  |  | 09248608000104                 |
| <b>AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA</b>                         |                   |                         |  | <b>CPF / CNPJ</b>              |
| 016B515BB34FC45E                                       |                   |                         |  | 05985687511                    |
| <b>CÓDIGO DE BARRAS</b>                                |                   |                         |  |                                |
| 04791.59097 00001.602309 07018.047188 2 93110000056181 |                   |                         |  |                                |

## Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

| Dados básicos informados para cálculo |  |  |
|---------------------------------------|--|--|
| Descrição do cálculo                  |  |  |
| Valor Nominal                         | R\$ 1.350,00                                   |  |
| Indexador e metodologia de cálculo    | INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio. |  |
| Período da correção                   | Setembro/2014 a Dezembro/2014                  |  |

| Dados calculados                |         |                     |
|---------------------------------|---------|---------------------|
| Fator de correção do período    | 91 dias | 1,014065            |
| Percentual correspondente       | 91 dias | 1,406483 %          |
| Valor corrigido para 01/12/2014 | (=)     | R\$ 1.368,99        |
| Sub Total                       | (=)     | R\$ 1.368,99        |
| <b>Valor total</b>              | (=)     | <b>R\$ 1.368,99</b> |

1368,99 – 1350= 18,99

## Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

| Dados básicos informados para cálculo |  |  |
|---------------------------------------|--|--|
| Descrição do cálculo                  |  |  |
| Valor Nominal                         | R\$ 18,99                                      |  |
| Indexador e metodologia de cálculo    | INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio. |  |
| Período da correção                   | Novembro/2014 a Fevereiro/2023                 |  |
| Taxa de juros (%)                     | 1 % a.m. simples                               |  |
| Período dos juros                     | 17/12/2014 a 31/03/2023                        |  |

| Dados calculados                |           |                  |
|---------------------------------|-----------|------------------|
| Fator de correção do período    | 3014 dias | 1,635790         |
| Percentual correspondente       | 3014 dias | 63,579046 %      |
| Valor corrigido para 01/02/2023 | (=)       | R\$ 31,06        |
| Juros(3026 dias-99,00000%)      | (+)       | R\$ 30,75        |
| Sub Total                       | (=)       | R\$ 61,81        |
| <b>Valor total</b>              | (=)       | <b>R\$ 61,81</b> |

HONORARIOS R\$ 500,00



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

18/04/2023

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que o requerente apresentou Embargos de Declaração tempestivamente.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

18/04/2023

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

01/05/2023

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Processo: 201770001714

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., informar e ao final requerer o que segue:

Requerer que seja efetuado o cálculo das custas finais e expedida a guia para pagamento nos termos da sentença, a fim de viabilizar o cumprimento da obrigação de recolher as custas finais.

Ademais, após expedida a guia das custas finais para pagamento, requer que seja intimada a ré, através de decisão publicada em diário oficial, para ciência e adoção das providências cabíveis.

Termos em que,

Pede Deferimento.

ITABAIANINHA, 27 de abril de 2023.

**João Barbosa**  
OAB/SE 780-A

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
OAB/SE 2592





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

05/05/2023

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Defiro o pedido de p. 249. Proceda-se com a expedição da guia de pagamento das custas finais, nos termos da sentença e, em seguida, intime-se a parte requerida através de decisão publicada em diário oficial, para ciência e adoção das providências cabíveis.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

---

**Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035**

**Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS**

**Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro o pedido de p. 249.

Proceda-se com a expedição da guia de pagamento das custa finais, nos termos da sentença e, em seguida, intime-se a parte requerida através de decisão publicada em diário oficial, para ciência e adoção das providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO FORTUNA DE MENDONCA, Juiz (a) de Itabaianinha, em 05/05/2023, às 10:27:42**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço [www.tjse.jus.br/autenticador](http://www.tjse.jus.br/autenticador), mediante preenchimento do número de consulta pública **2023000979156-30**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

08/05/2023

**MOVIMENTO:**

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

**DESCRIÇÃO:**

Foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico, no dia 08/05/2023, o movimento registrado no dia 05/05/2023, às 10:27:51 : Despacho >> Mero Expediente

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

11/05/2023

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - 1467}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos nº. 201770001714

**JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS**, já qualificada nos autos em epígrafe, que intenta em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, comunicar que apesar do deferimento da emissão da guia de custas finais, **a parte autora tem recurso de embargos de declaração pendente de julgamento, assim requer que seja incluído para julgamento na próxima sessão virtual.**

Pede deferimento  
Londrina, quinta-feira, 11 de maio de 2023.

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**  
OAB/SE 1467-A

**Maria Eduarda Cecilio da Silva**  
Acadêmica de Direito



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

26/05/2023

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202300221}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

17/07/2023

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Intime-se a parte embargada para manifestação acerca dos aclaratórios opostos às fls. 234/235, no prazo de 05 (cinco) dias. Com ou sem resposta, volvam os autos conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



## Poder Judiciário do Estado de Sergipe Itabaianinha

---

Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035

Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

### DESPACHO

Intime-se a parte embargada para manifestação acerca dos aclaratórios opostos às fls. 234 /235, no prazo de 05 (cinco) dias.

Com ou sem resposta, volvam os autos conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO FORTUNA DE MENDONCA, Juiz (a) de Itabaianinha**, em **17/07/2023, às 09:59:52**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419 /2006.

---



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço [www.tjse.jus.br/autenticador](http://www.tjse.jus.br/autenticador), mediante preenchimento do número de consulta pública **2023004103224-24**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201770001714

**DATA:**

18/07/2023

**MOVIMENTO:**

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

**DESCRIÇÃO:**

Foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico, no dia 18/07/2023, o movimento registrado no dia 17/07/2023, às 09:59:55 : Despacho >> Mero Expediente

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não